

A Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais a partir da Escola

A. Agradecimentos	3
B. Acrónimia	4
C. Lista de entrevistados	5
D. Índice dos Anexos (Documentos, tabelas e figuras)	6
1. Introdução e objectivos	7
1.1. Escolha e justificação do tema	9
1.2. Pertinência do tema proposto. A “Safety Culture”	16
1.3. Objectivos (iniciais)	17
2. Metodologia da investigação	18
2.1. Pesquisa inicial (breve historial)	18
2.2. As mudanças “em curso” na Escola e sua envolvente	21
2.3. Recolha e análise crítica de informação	22
2.4. As condicionantes iniciais e o “novo rumo”	24
3. A Envolvente da Escola	25
3.1. O Ensino Secundário e a Educação Básica	25
3.2. A autonomia no Ensino superior, as escolas do IPVC	26
3.3. Os sítios na Internet e outras fontes informativas	28
3.4. Entidades envolvidas da escola com responsabilidades na SHST	30
4. Análise curricular (ES – Reforma 2004/05)	32
4.1. Os programas de Inglês	33
4.2. Os programas de Física e Química	35
4.3. Os programas de Economia	36
4.4. Outras sugestões para introdução de conceitos de SST nos curricula	37
1. <i>Integração nos conteúdos programáticos</i>	37
2. <i>Recomendações de procedimentos de segurança</i>	39
4.5. O Protocolo de Cooperação com o IDICT	40
5. Estatísticas de sinistralidade na escola	43
6. Acções de formação – Os Cursos	45
6.1. Os cursos para professores	45
<i>Os Inquéritos</i>	47
<i>Análise dos inquéritos</i>	48
<i>Curso I</i>	48
Inquérito 1	48
Inquérito 2 (Curso I)	51
Inquérito 3 (Curso I)	58
<i>Curso 2 (“Formação Básica em SHST”)</i>	64
Inquérito 1	64
Inquérito 2 (Curso 2)	67
Inquérito a professores de Inglês	74
6.2. Outras acções de formação	76
<i>Formação para Auxiliares da Acção Educativa</i>	76
<i>Formação inicial para Assistentes da Acção Educativa</i>	76
7. Comentários finais, conclusões e trabalhos futuros	79
7.1. Comentários finais	79
<i>A legislação de SHST</i>	79
<i>Os Livros</i>	82
<i>Os serviços do ME, a SHST e as Escolas</i>	83
<i>O ME, a missão de educar as novas gerações e o IDICT</i>	84

<i>IDICT – PNEST</i>	85
<i>Autarquias</i>	85
<i>Ensino Superior</i>	86
<i>Ensino Secundário; Educação Básica</i>	86
<i>Ensino Profissional (ETAP e EPRAMI)</i>	87
<i>A formação contínua de professores (e outros AAE)</i>	87
<i>Estatísticas de Sinistralidade Escolar</i>	87
<i>A “inspiração” espanhola</i>	88
<i>Controlo do processo em curso</i>	88
<i>Os Anexos (volume separado)</i>	89
7.2. Propostas de acções futuras	89
<i>Nota final</i>	93
8. Bibliografia e sítios na Internet	95
Bibliografia consultada	95
Sítios na Internet recomendados	96

A Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais a partir da Escola

A. Agradecimentos

O desenvolvimento desta dissertação só foi possível porque o autor recebeu apoios e contributos valiosos de diversas entidades e pessoas, nomeadamente aqueles que concederam entrevistas para este fim e que constam adiante.

Será de fazer menção especial aos orientadores Professor Doutor Sérgio Miguel e Professora Doutora Mónica Barroso, pela esclarecida orientação e pelo apoio.

Terei que referir também:

A Dr.^a Alda Alves, coordenadora distrital (VC) do PNESTT, pela prestimosa disponibilidade para discussão de experiências no “ambiente escola” e que “generosamente” disponibilizou os elementos de que dispunha;

O Dr. Manuel Simões, Director do CFoCo (VC) que, com a sua sensibilidade, rapidamente percebeu a importância do tema em estudo e foi “chave” importante para abrir o novo caminho traçado para o desenvolvimento do trabalho (acções de formação para professores e outros agentes da acção educativa) quando se sentiu necessidade de “corrigir a rota inicial”.

O autor beneficiou ainda do apoio importante dos colegas professores, formandos dos diferentes cursos ministrados, que aduziram outras experiências e pontos de vista e que se disponibilizaram para serem “acompanhados” (via inquéritos) para além do período das acções de formação.

A todos, muito obrigado!

Viana do Castelo, 30 de Setembro de 2004



(Bouça Moraes)

B. Acróníma

AAE	Auxiliares da Acção Educativa; Assistentes da Acção Educativa
AE SST	Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho
AssAE	Assessores da Acção Educativa
BVVC	Bombeiros Voluntários de Viana do Castelo
CAE	Centro de Acção Educativa (distrital)
CFoCoVC	Centro de Formação Contínua (de Prof.s e AAE) de Viana do Castelo
CT	Curso Tecnológico
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DEB	Departamento de Educação Básica
DEEP	Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (MSST)
DES	Departamento do Ensino Secundário
dfee.uk	Department for Education and Employment. United Kingdom
DGFV	Direcção Geral de Formação Vocacional
DL	Decreto-lei
Doc.s	Documentos
DREN	Direcção Regional da Educação do Norte
EB	Educação Básica ou Escola Básica
EB 1,2,3	Escola Básica do 1º, 2º, e 3º ciclos da Educação Básica
EBI CN	Escola Básica Integrada de Castelo de Neiva
EF	Educação Física
EP	Escola Profissional ou Ensino Profissional
ES	Escola Secundária ou Ensino Secundário
ESA	Escola Superior Agrária
ESCE	Escola superior de Ciências Empresariais (Valença)
ESE	Escola Superior de Educação
ESEnf	Escola Superior de Enfermagem
ESM	Escola Secundária de Monserrate
ESM	Escola Secundária de Monserrate (Viana do Castelo)
ESP	Ensino Superior Politécnico
ESTG	Escola Superior de Tecnologia e Gestão
hse.uk	Health and Safety Executive. United Kingdom
IDICT	Instituto para o Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho
INCM	Imprensa Nacional - Casa da Moeda
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSHT	Instituto Nacional de Seguridad e Higiene en el Trabajo (España)
IPVC	Instituto Politécnico de Viana do Castelo
JI	Jardim-de-infância
ME	Ministério da Educação
MSST	Ministério da Segurança Social e do Trabalho
mtas.es	Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. España
PG	Pós Graduação
PRP	Prevenção Rodoviária Portuguesa
PSSE	Plano de Segurança e Saúde da Escola
RD	Real Decreto (espanhol)
SHST	Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
VC	Viana do Castelo

C. Lista de entrevistados

Nome	Cargo/entidade	Data
Manuel Miranda	Director da EPRAMI	2002/03/06
Alda Alves*	Coordenadora do projecto “Trabalho Seguro Melhor Futuro” → (PNESST)	2002/03/06
Luís Castro	Delegado distrital (VC) do IDICT	2002/03/07
Manuel Afonso*	Delegado de Saúde de VC	2002/03/07
Carlos Batista	Delegado Distrital da Protecção Civil	2002/03/08
Manuel Moranguinho	Presidente do Cons. Exec.vo da ESM	2002/03/08
Jorge Fão	Director Pedagógico da ETAP	2002/03/09
Carlos Rodrigues	Pres. Cons. Direct. ESTG - IPVC	2002/03/15
Manuela Vaz Velho	Coord. Curso Eng. ^a Alimentar ESTG - IPVC	2002/03/15
Altino ...	Coord. Curso Eng. ^a Cerâmica ESTG - IPVC	2002/03/15
Mário Russo	Coord. Curso Eng. ^a CivileAmb. ESTG - IPVC	2002/03/17
Francisco Sampaio	Coord. Curso Turismo ESTG - IPVC	2002/03/17
Teresa Vasconcelos	Coord. Curso Design Producto ESTG - IPVC	2002/03/17
José Escaleira	Coord. Curso de Gestão ESTG - IPVC	2002/03/17
Paulo Fernandes	Presid. Cons. Científico ESTG - IPVC	2002/03/17
Mário Fernandes	Cdte. Unidade de Socorro da CVP de VC	2004/07/02
José Portela	Pres. Cons. Direct. ESE - IPVC	2002/07/04
João Ferreira	Secretário ESE -IPVC	2002/07/04
João Felgueiras	Del. Distrital SNB-PC	2004/07/13
Margarida Silva	Dir. ^a Serv. SST da CMVC	2004/07/13
Cândido Carvalho	Comandante dos Bombeiros Voluntários VC	2004/07/25
Manuel Barroso	Pres. Cons. Direct. ESTG - IPVC	2004/07/29
José M. Pires	Vice-Pres. Cons. Direct. ESTG - IPVC	2004/07/29
Fátima Franco	Presid. Cons. Científico ESEnf. - IPVC	2004/09/04

* *Contacto frequente*

D. Índice dos Anexos (Documentos, tabelas e figuras)

ANEXOS	2
ANEXO I (ABANDONO ESCOLAR)	2
ANEXOS II (SHST NAS ESCOLAS PROFISSIONAIS E IPVC)	7
a) Escolas Profissionais	7
b) IPVC (cinco escolas)	9
ANEXOS III (CURSOS E INQUÉRITOS)	16
Anexo III a (Programas dos cursos de SHST para professores e AAE, relatórios finais do autor/formador e análise, pelo CFoCo, dos cursos ministrados)	16
Curso 1 (turma A e turma B)	16
Relatório final da acção Turma A do Curso 1 (pelo autor/formador)	22
Avaliação dos cursos pelo CFoCo	27
Inquérito formando	27
Inquérito formador	29
Avaliação CFoCo do Curso 1 (Turma A)	30
Relatório final da acção Turma B do Curso 1 (pelo autor/formador)	41
Avaliação CFoCo do Curso 1 (Turma B)	46
Curso 2 (EBI CN)	57
Duas notas para a página Internet do CFoCo, sobre o curso 2	63
Nota 1	63
Nota 2	69
Relatório final da acção Curso 2 (pelo autor/formador)	71
Avaliação do curso 2, pelo CFoCo	75
Curso 3 (Para AAE- Proposta)	94
Anexo III b (inquéritos do autor, modelos)	100
Curso 1 (Inq. 1)	100
Curso 1 (Inq. 2)	101
Curso 1 (Inq. 3)	102
Curso 2 (Inq. 1)	103
Curso 2 (Inq. 2)	105
Professores de Inglês	107
ANEXO IV (SINISTRALIDADE ESCOLAR - TABELAS)	108
DREN	108
CAE de Braga	114
CAE de Viana do Castelo	115
ANEXO V (OFÍCIOS DO ME)	119
1. (Apresentação/distribuição do Manual de Segurança nas Escolas- Dezembro 2003)	119
2. (Segurança incêndios – Portaria 1444/2002 - Fevereiro 2004)	120
3. (PSE – Ponto da situação Abril 2004)	121
ANEXO VI (MANUAL DE SEGURANÇA NA ESCOLA - ME)	123
ANEXO VII (PROTOCOLO IDICT/DES/DEB/DGFV)	125
ANEXO VIII (CONSTRUÇÕES ESCOLARES)	130
ANEXO IX (ENTIDADES ENVOLVENTES)	134
Anexo IX a (Inquérito: Modelo e Respostas)	134
Anexo IX b (Delegação de Saúde Concelhia) (SHS nas Escolas)	138
“Auditorias” de SHS nas Escolas (modelo)	138
Plano de acção	143
Anexo IX c (Serviço SHST da CMVC)	147
Anexo IX d (TSMF – PNEST) (IDICT – MTSS)	151
ANEXOS X (OUTROS DOCUMENTOS RELEVANTES)	153
Anexo X a (Brasil) - Extractos do Caderno do Aluno e do Caderno do Professor	153
Anexo X b (Espanha)	161
Gatza	161
Reais Decretos	165
Os livros para a Escola	168
Anexo X c (Reino Unido: HSE e DFEE)	169
Anexo X d (livros nacionais)	186
ANEXO XI AGENCIA EUROPEIA PARA A SST	198
Anexo XI a (Fichas Técnicas)	198
Anexo XI b (Fórum - Encontro de Bilbao)	206
Anexo XI c (Relatório – SST na Educação)	214
Anexo XI d (Novo Regulamento da AE SST)	224

1. Introdução e objectivos

É com os jovens que se constrói o futuro; um futuro melhor.

Torna-se imperioso acelerar o processo de sensibilização/informação da comunidade escolar para os riscos que o mundo laboral encerra, como evitá-los ou minimiza-los, estimulando o “instinto de auto defesa” dos jovens estudantes.

O tema da SHST não tem tido tratamento fácil junto do tecido empresarial.

A legislação incompleta e a falta de controlo do mercado permitiram a proliferação de “especialistas” em SHST que, apoiados nas “exigências legais” têm sido contratados pelas empresas sem que alguma melhoria efectiva, no sentido da prevenção de riscos, seja notada: mais custos que proveitos com a simples satisfação de formalidades burocráticas! Fica, por isso, nos empresários envolvidos a sensação de que o sistema lhes impõe parcerias parasitas.

Talvez por ser um tema difícil a entidade reguladora (o Estado) tem sido tão lenta na construção do quadro legislativo e regulamentador. Há cerca de quinze anos surgiu a Directiva Comunitária, Quadro da SST, 89/391-CEE. Dois anos depois é publicado o D.L. 441/91 de 14 Nov. (Lei de Bases da SHST), iniciando-se todo um processo legislativo, arrastado e sem o vigor pedagógico necessário para construir uma verdadeira *Cultura de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho*, quer nas empresas quer na população em geral.

A construção do quadro legislativo e regulamentador parece completar-se com a publicação dos D.L. 109 e 110/2000 de 30 de Junho e a subsequente edição, pelo IDICT, do normativo para a formação e certificação dos “Técnicos de SHST”.

O mais recente D.L. 29/2002, “legalizando” o “não cumprimento” da legislação vigente, aparece com a intenção de “pôr ordem no processo em curso”.

Mas, a criação da Cultura da Segurança, essa, está por fazer.

A Cultura da Segurança é muito mais do que o simples cumprimento de Decretos-Leis, Directivas e Regulamentos. Consegue-se com a formação global do cidadão para a SHST e, de forma actuante:

- Junto dos empreendedores e investidores, fazendo compreender que os gastos com a segurança são investimentos e não custos. A redução dos riscos, para além dos ganhos sociais, representa redução nos prémios de seguros.
- Junto dos trabalhadores (e da população em geral) estimulando a capacidade individual de identificação dos perigos e consequente eliminação ou redução dos riscos.
- Junto dos que são sensíveis ao conceito de *Qualidade* fazendo perceber que o “*acidente*” é “*um defeito*” no sistema produtivo ou no estilo de vida. Assim, zero acidente = zero defeitos = qualidade total.

Alguns anos após a PG em Eng.^a Humana, decorridos com a continuada aplicação e consolidação dos conhecimentos adquiridos, senti a necessidade de, academicamente, completar este ciclo de formação desenvolvendo uma temática que consubstanciasse o suporte necessário à *Dissertação, peça fundamental do Mestrado*.

- Ao avançar por esta via (Escola) no desenvolvimento desta Dissertação, penso estar a contribuir para a promoção da *Cultura da Segurança* e com ela ajudar a “*construir o futuro*” onde as novas gerações entrem com mais conhecimento e sensibilidade apoiados na análise crítica dos comportamentos do passado e do presente (que já é passado).
- Durante a construção do futuro é imperioso que se vá “*remendando o presente*”, actuando sobre o tecido empresarial activo, no sentido da correcção dos erros que continuam a ser cometidos mas, esta outra vertente, outros a têm a seu cargo.
- Sob o ponto de vista estritamente pessoal foi com grande prazer que tratei o tema proposto e desenvolvi este trabalho.

1.1. Escolha e justificação do tema

A Maior parte dos jovens que abandonam a escola precocemente são absorvidos pelo mercado de trabalho de baixa qualificação onde pontifica a construção civil que, como é sabido, apresenta os mais elevados índices de sinistralidade laboral, nomeadamente mortal e grave. É também sabido que, neste sector de actividade, são bastante mais elevados os índices de incidência da sinistralidade grave relativamente a, nomeadamente, os mais novos e os menos escolarizados.

O trabalho de pesquisa que suporta o recém lançado PNAPAE (Plano Nacional Preventivo do Abandono Escolar) ilustra muito bem a realidade nacional, mesmo em comparação com os parceiros da EU.

As estatísticas da sinistralidade laboral confirmam taxas de incidência elevadas nos mais jovens e menos escolarizados.

Os extractos que se apresentam a seguir e os quadros estatísticos constantes do relatório preliminar do PNAPAE (*ver anexo I, pag.s 2-6*), suportam estas afirmações.

JN 04-08-17

Jovens correm 50% mais riscos de acidentes

Os jovens trabalhadores tem mais 50% de probabilidades de sofrerem um acidente de trabalho devido à falta de conhecimento dos riscos e de formação em medidas preventivas. O alerta consta de um relatório da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, que não contou, no entanto, com os dados relativos a Portugal.

Segundo explicou ao JN Manuela Calado, responsável pelo Ponto Focal da Agência Europeia, Portugal não conseguiu cumprir os prazos estipulados para o envio da informação, pelo que ficou excluído da estatística europeia. "Quando os dados foram enviados já não chegaram a tempo de serem incluídos no relatório", esclareceu a responsável, assegurando, no entanto, que os números portugueses estão muito próximos dos restantes países.

Uma das prioridades para a redução da elevada incidência de acidentes e doenças relacionadas com o trabalho em muitos sectores de actividade da União Europeia é, de acordo com o relatório, a integração da segurança e saúde no trabalho na educação ministrada nas escolas e nas universidades. De acordo com o documento, intitulado "Integração Sistemática da Segurança e Saúde no Trabalho na Educação", [os jovens trabalhadores, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, entram no mercado de trabalho com um conhecimento muito reduzido dos riscos e sem formação. Excepção feita ao Reino Unido que, segundo a análise da Agência Europeia, é um exemplo a seguir em matéria de boas práticas no que diz respeito à integração de uma cultura de segurança no sistema educativo.](#)

Em Portugal, e de acordo com a informação prestada por Manuela Calado, o Programa Nacional de Educação para a Segurança e Saúde no Trabalho (PNESST) tem no terreno 26 professores requisitados ao Ministério de Educação que desenvolvem acções de formação e de informação a outros professores, no âmbito da integração da segurança nos currículos.

As acções de formação decorrem, actualmente, em 179 escolas do ensino secundário, que recebem apoio técnico e financeiro do PNESST. No primeiro semestre deste ano, foram realizadas 37 formações, frequentadas por 1072 participantes. **M.C.M.**



La enseñanza en materia de salud y seguridad en el trabajo

Resumen de un seminario organizado en Bilbao (4 y 5 de marzo de 2002) por la Agencia Europea para la Seguridad y la Salud en el Trabajo y la Presidencia española de la Unión Europea, en colaboración con la Comisión Europea

Índice

1. Introducción
2. Estudios de casos: SST en la escuela. Educación primaria y secundaria
 - «Ar y Mi en la escuela», Dinamarca
 - Ejemplos de buenas prácticas en la promoción de la salud y la seguridad en escuelas primarias italianas
3. Estudios de casos: SST y adultos. Formación técnica y profesional
 - Mayor integración de la SST en la formación profesional en el sector agrícola alemán
4. Estudios de casos: SST y adultos. Educación universitaria
 - Futuros médicos: incorporación de la salud y seguridad en el trabajo en el plan de estudios de medicina en el Reino Unido
 - Integración de la SST en los sistemas de tres universidades españolas
5. Estudios de casos: Integración del sistema de SST en la enseñanza
 - Nueva ley sobre el entorno didáctico para escolares y estudiantes en Dinamarca
6. Estudios de casos: Introducción de la SST en la enseñanza y la formación a través de campañas y programas estructurales
 - Programa nacional de educación en materia de salud y seguridad en el trabajo en Portugal
7. Comentarios sobre los factores del éxito y las conclusiones de los estudios de casos nacionales
8. Conclusiones de la mesa redonda
9. Observaciones finales
10. Más información

1. Introducción

Objetivos

El objetivo del seminario consistía en enfocar desde una perspectiva comunitaria la integración de la salud y la seguridad en el trabajo (SST) en la enseñanza. Este tema es cada vez más importante en todos los Estados miembros, ya que las estadísticas reflejan que los trabajadores más jóvenes (entre 18 y 24 años de edad) tienen por promedio 1,4 veces más probabilidades de sufrir un accidente laboral que otros trabajadores. El seminario pretendía enriquecer el debate en curso. Se presentaron toda una serie de experiencias y prácticas

nacionales de Estados miembros de la Unión Europea (UE) a fin de compartir experiencias y estimular la discusión sobre la integración de la SST en las políticas y prácticas educativas.

Mainstreaming

¿Qué significa «mainstreaming» (integración) de la salud y la seguridad? La integración tiene por objeto que los principios de gestión de riesgos y la «mentalidad SST» sean parte integrante del proceso de toma de decisiones y adopción de medidas en el lugar de trabajo, de forma que la salud y la seguridad no se limiten a ser un mero «apéndice». Es más sencillo lograrlo si los trabajadores y los empresarios llegan al lugar de trabajo debidamente cualificados, con conocimiento de la SST y una cultura desarrollada de «prevención de riesgos». Esto es aún más importante en una época en que el mundo laboral cambia rápidamente. Hay nuevas formas de organización del trabajo, nuevas tecnologías y nuevas relaciones contractuales que comportan entornos de trabajo más complejos, y todo ello repercute en la gestión de riesgos.

Situación general en los Estados miembros

Se presentó una sinopsis de la situación general en los Estados miembros. Esta visión general refleja el estado de la cuestión básico en el momento actual:

- En la mayoría de los Estados miembros hay módulos de SST incluidos en los planes de estudios en la mayor parte de las etapas de la enseñanza; estos módulos se hallan en diferentes fases de desarrollo.
- Asimismo, en casi todos los Estados miembros existen leyes o directrices en materia de SST para la formación y la enseñanza; algunas se sitúan en un nivel bastante general, exigiendo la formación en SST, mientras que en otros casos los alumnos cuentan de hecho con una protección similar a la de los trabajadores.
- En la mayoría de los Estados miembros se han lanzado campañas para introducir cuestiones de SST en la enseñanza; algunas han sido iniciativas nacionales o regionales, mientras que otras han sido de carácter local.
- Por último, se ha producido alguna innovación efectiva en el tratamiento de esta cuestión, por ejemplo: designación de estudiantes como «representantes de seguridad», impartiendo formación y otorgándoles poderes; colaboración ejemplar entre diferentes ministerios, interlocutores sociales y otras organizaciones; y programas nacionales para integrar la SST en todos los niveles educativos.

Estudios de casos

Se presentaron algunos ejemplos de cómo se ha integrado la SST en diferentes niveles educativos. Se extrajeron las principales conclusiones de estos ejemplos. En las actas constan todos los ejemplos presentados. A continuación se presenta un resumen de algunos de estos ejemplos y conclusiones.

As razões que motivaram o tema proposto são as que, de forma resumida, a seguir se apresentam:

Causas remotas:

O ser professor e engenheiro, os contactos contínuos com a escola e com a indústria regional mais as suas solicitações, motivaram a busca na Eng.^a Humana da UM “ dos saberes organizados” que, de forma dispersa, ia procurando.

Causas próximas:

- A lenta consolidação do quadro legislativo nacional e a consequente dificuldade de consolidação de políticas e práticas efectivas de Segurança Laboral nas empresas portuguesas (um “pântano”!) afastaram-me dessa trajectória.
- A minha vivência de sete anos com as empresas, fabris e da construção civil e obras públicas da região, no desempenho das funções de vice-presidente executivo e director da Delegação de Viana do Castelo da Associação Industrial do Minho (1995-2002), proporcionou experiências marcantes.
- Merece referência uma dessas vivências, que se repetiu vezes sem conta:
 - Quando, em ambiente fabril e a observar trabalhador no seu posto de trabalho, surge motivo para, fazendo-lhe notar o continuamente ruidoso que era esse local e tendo ele “ao pescoço” os protectores auriculares, lhe pergunto porque não os usa, perceber, pelo “olhar de lado”, a impertinência da pergunta; Alguns segundos depois noto novo motivo para o questionar, acontecendo sem demora a resposta: *“ó engenheiro, isso da segurança é com fulano, ele é que é o chefe, ele é que sabe dessas coisas!”*

A partir do 2º caso semelhante, este meu procedimento tornou-se uma “rotina de ensaio” tendo-se repetido o mesmo tipo de resposta quase sempre e sem grandes variantes.

Isto é cultural!

- A Lei de Bases (DL 441/91), no Art.º 16, Educação, formação e informação para a segurança, higiene e saúde no trabalho, diz:

1- A integração dos conteúdos da segurança, higiene e saúde no trabalho nos currículos escolares deve ser prosseguida nos vários níveis de ensino, tendo em vista uma cultura de prevenção no quadro geral do sistema educativo e a prevenção dos riscos profissionais como preparação para a vida activa.

...

Treze anos passados, muito pouco aconteceu ainda.

- A realidade presente no sistema de ensino nacional:*
- São raros os programas curriculares do ensino secundário que contemplam a SHST, excepto os das Escolas Profissionais;
- Há, no entanto, louváveis iniciativas individuais e está também a notar-se a presença do IDICT junto de algumas Escolas Secundárias e do Ensino Básico, com o projecto “Trabalho Seguro Melhor Futuro” (desde 2001 no Minho-Lima), iniciando a sensibilização do meio escolar para esta problemática, nomeadamente nos cursos profissionalizantes (9º+1 e 11º+1);
- No Ensino Superior Politécnico (Escolas do IPVC) sente-se alguma evolução, quando da recente remodelação de alguns cursos (licenciaturas bi-etápicas) em que foram criadas cadeiras semestrais de SHST, em alguns cursos, substituindo os anteriores seminários ou palestras (escassos). Esta evolução não é generalizada. De notas que, na ESE (Escola Superior de Educação), onde se formam os professores da Educação Básica, esta temática é quase desconhecida.
- A sentida necessidade urgente da construção da *Cultura da Prevenção dos Riscos Profissionais*, com todos os agentes educativos,

*

Constatação em 2002, quando da proposta do tema

junto das populações mais jovens (desde a 1ª fase da educação básica), preparando a tempo aqueles que mais cedo abandonam o sistema escolar para ingressar no mundo do trabalho, estimulando neles o “instinto de auto defesa” contribuindo assim para a redução da sinistralidade laboral, que tem significativa incidência nos trabalhadores mais novos;

A elevada e persistente sinistralidade laboral fora do ambiente empresarial (obras e tarefas por iniciativa e conta própria) confirma que só através da escola será possível promover a Cultura da Prevenção, evitando ou reduzindo estes acidentes;

- O desejo manifestado por professores (do ensino básico e secundário) de informação/formação nestas matérias da SHST, pois, com “utensílios” tão comuns como telemóveis e visores de computador a levantar tantas dúvidas quanto à “segurança” na utilização, há perguntas para as quais não têm resposta.

(Esta necessidade confirmada condicionou fortemente o desenvolvimento deste trabalho, com a elaboração de cursos de formação básica em SHST para professores e AAE, como adiante se descreve)

- A recente revisão curricular do ensino secundário, já homologada para o ano lectivo de 2004/05 e que está a ser objecto de “aferição”, proporcionará análise e comentários no sentido de contribuir para a introdução de conteúdos de SHST em alguns curricula.

- A necessidade de melhoria da envolvente escola (edifícios, equipamentos e espaços circundantes) como *palco e cenário* onde se desenvolve a *peça* educação e que com esta tem que condizer.

Antes de iniciar a pesquisa presumia que muito pouco ou nada estava feito em “ambiente escolar”, quer pelo que sentia e observava como professor do ES quer pelos contactos e conversas do quotidiano com colegas e amigos

(professores de outros tipos e níveis de ensino) quer ainda pela “lentidão” tradicional na absorção cultural de “novas problemáticas”.

Iniciada a pesquisa encontrei aspectos positivos e “em curso”:

- Doc.s do ME sobre SHST, para as escolas;
- Alguns curricula da reforma do ES (homologados pelo XV Governo Constitucional para o ano lectivo 2004/05 e seguintes) com boa integração da SST;
- O PNEST (IDICT) (continuação do TSMF), intervindo no ambiente escola;
- ESTG - todos os cursos com a *cultura* consolidada (iniciou com seminários e palestras -1997- com a colaboração do autor, por iniciativa de prof.^a dessa escola, “*aculturada*” para a SST em Inglaterra onde se doutorara; evoluiu para a integração curricular em praticamente todos os cursos. A escola ministrou em 2003/04 e repete em 2004/05 pós-graduação em SHT (Formação inicial para Técnicos Superiores de Segurança e Higiene no Trabalho – acreditada pelo IDICT)
- Vontade de “entrar no tema” manifestada por professores (dos diferentes níveis de ensino)
- Documentação de fácil acesso de experiências estrangeiras:
 - Brasil (A Escola do futuro trabalhador) (**ver anexo Xa, pag.s 153-160**)
 - Espanha (pela proximidade e/ou facilidade linguística) (**ver anexo Xb, pag.s 161-168**)
 - Inglaterra (pelo “melhor exemplo”) (**ver anexo Xc, pag.s 169-185**)
 - Outros países da UE, através da Agencia Europeia para a SST, com crescente informação relevante disponível na Internet (**ver anexo XI, pag.s 198-223**) (*mercê do Regulamento 1654/2003 do Conselho datado de 18 de Junho de 2003, alterando o Reg.to criador da Agência: 2062/94, facilitando o acesso público à informação disponível - art.º 6º*).(**ver anexo XId, pag.s 224-226**)

1.2. Pertinência do tema proposto. A “Safety Culture”

Sendo este um tema actual não encontramos literatura nacional com esta abordagem (...a partir da escola). Consultados alguns textos pesquisados na Internet merecem ser referidos dois:

- *Towards a model of safety culture*
(M.D. Cooper Ph.D.) www.elsevier.com/locate/ssci
- *Summary guide to safety climate tools*
Offshore Technology Report 1999/063
(MaTSU – HSE .UK)

O primeiro faz uma abordagem holística da cultura da segurança nas organizações e o segundo trata com mais detalhe as formas de implantar e “fazer funcionar “ (manter activo) o “clima” ou cultura da segurança laboral num dos sectores de actividade empresarial considerados dos de riscos mais elevados mas também dos mais seguros: o da prospecção/exploração de petróleo em alto mar (off-shore).

Ambos serviram para consolidar a convicção do “rumo certo” quer na escolha do tema quer na forma como nos propúnhamos fazer o seu desenvolvimento.

A *Agencia Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho*, após revisão do seu Regulamento em 18 Junho de 2003 passou a disponibilizar mais e melhor informação na Internet transformando-se numa fonte importante de consulta e referências principalmente pela publicação de documentos relativos à SST em meio escolar, quase todos já em português e que vieram também dar suporte ao desenvolvimento deste trabalho, confirmando a oportunidade do tema. (Fichas técnicas, relatórios e conclusões de projectos implementados pelos parceiros da UE). A última ficha técnica (Facts 52) foi editada em Agosto 2004 (versão em inglês) (*última hora: em Setembro, já disponível em português*). (**ver anexo Xla, pag.s 198-205**)

Na Escola ...

Para que a escola cumpra eficazmente esta missão (no capítulo “safety”) é necessário que, como local de trabalho, esteja a condizer (cenário) e que os seus outros agentes activos: professores, auxiliares da acção educativa e de um modo especial os órgãos executivos e deliberativos (C.ºs Ex.vos e C.ºs Pedagógicos) estejam já imbuídos desta “*Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais*”.

A segurança não se materializa no “vazio”. É inerente “às coisas e aos actos”, em todas as actividades, mesmo que aparentemente nada tenham a ver com o “processo da segurança”.

A escola deve preparar cidadãos conscientes e responsáveis. Educando neles, desde cedo, o “instinto de auto defesa”, será de admitir que, mais tarde, em ambiente laboral, as “regras de segurança” serão naturalmente cumpridas.

A Escola, como local de trabalho, é também local de acidentes. A vertente da “sinistralidade laboral na escola” está, no presente, insuficientemente tratada.

Apercebemo-nos deste aspecto no decorrer da primeira acção de formação para professores: como primeira impressão, a escola é um local seguro “não fossem os professores de educação física estarem sempre a chamar o 112!”.

Uma atenção mais focada na essência desta “ironia” relativa a acidentes com alunos mostra que apenas se faz o registo da ocorrência (com caracterização nem sempre completa) com vista à participação ao seguro escolar.

Percebeu-se a falta de sensibilidade da “máquina” do ME para a utilidade da elaboração estatística da sinistralidade escolar como “ferramenta para a decisão”.

1.3. Objectivos (iniciais)

Assim, estabeleceram-se objectivos/intenções iniciais para este trabalho:

- Preparar “actores, contra regras, outros agentes e cenários” para fazer chegar bem a mensagem aos jovens (alunos) dos diferentes graus de ensino, principalmente secundário e educação básica.

- Estudar a melhor forma da inserção de conteúdos de SHST em *curricula* escolares do secundário (reforma, homologados)
- Promover a sensibilização/informação/formação de professores dos diferentes níveis de ensino
- Identificação (para correcção/melhoria) dos procedimentos correntes (e documentos de suporte existentes) e das condições de SHSTE (afecções materiais e humanas)
- Correcções funcionais em edifícios escolares existentes e a construir (Sensibilização/informação/formação para a “segurança integrada”, dos técnicos responsáveis pelas “construções escolares”)

Com o desenrolar do processo estes objectivos sofreram ajustes necessários como se justifica no desenrolar da dissertação.

2. Metodologia da investigação

Estes dois últimos anos foram de atenção e pesquisa permanentes, tanto sobre conceitos e práticas desenvolvidos por terceiros como sobre conteúdos específicos para a formatação e desenvolvimento dos cursos de formação construídos e ministrados e que constituem parte relevante deste trabalho.

2.1. Pesquisa inicial (breve historial)

- Em Dezembro de 2001 assumo o tema *A Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais a partir da Escola* pensando na escola portuguesa, prioritariamente nas fases “de saída” para o mundo do trabalho (ES, EP e ES). O “abandono escolar leva-me, mais tarde a pensar que a EB deve já ser portadora de mensagem preventiva contra os riscos laborais.
- Em Março-Abril-Maio de 2002 efectua-se a primeira pesquisa sobre “o estado da nação”: Escola Secundária de Monserrate, Escolas Profissionais do Distrito de Viana do Castelo (ETAP e EPRAMI) e no Ensino Superior: IPVC - ESTG e ESE.

Esta pesquisa prévia, efectuada no sentido de determinar a consistência da intenção de desenvolver o tema proposto, indicou matéria suficiente para o seu

desenvolvimento e utilidade. *Foram os “primeiros passos” para transformar o conhecimento empírico em científico, procurando fazer uma investigação metódica e sistemática.*

As entrevistas então efectuadas com os:

- Presidente da Comissão Executiva da Escola Secundária de Monserrate em Viana do Castelo (ex Escola Industrial e Comercial), com 2800 alunos e 210 professores,
- Directores Pedagógicos de duas Escolas Profissionais do Alto Minho, EPRAMI e ETAP, ambas com pólos concelhios vários, cobrindo em conjunto o Distrito de Viana do Castelo,
- Presidentes de Conselho Directivo de duas das Escolas Superiores do IPVC (ESTG e ESE),
- Directores de Curso e Directores de Departamento da ESTG,

permitiram confirmar o sentimento já expresso, e também perceber o razoável campo de recolha de informação disponível. A análise desta informação permitiu caracterizar o estágio da *Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais* nestes diferentes tipos e níveis de ensino, quer no ponto de vista curricular (foram então analisados alguns *curricula*) quer quanto à sensibilização/informação (para esta problemática) dos professores em geral e dos Conselhos Executivos ou Directivos das escolas. Foi ainda possível perceber quais as “práticas em exercício” no dia-a-dia dos colectivos respectivos.

- Toma-se, entretanto, conhecimento da presença na região do projecto do IDICT para as escolas: *Trabalho Seguro Melhor Futuro*.
- Sonda-se na Internet a AESST mas, então, pouca informação relevante se encontra
- Regista-se a manifesta necessidade/desejo de informação/reflexão sobre este tema da SHST, por parte dos professores e responsáveis pelas

escolas contactados, quer na óptica do *ensino profissionalizante* quer na óptica da *educação para a cidadania*.

- Após conferência com os orientadores, consolida-se o tema.
- A 9 de Setembro de 2002 envio requerimento ao Magnífico Reitor da Universidade do Minho para *Admissão à Dissertação* o que foi deferido em Novembro dando-se início ao cumprimento do programa estabelecido e proposto.
- Durante o ano lectivo 2002/03 consolidou-se a estrutura deste trabalho, havendo, desde logo, a intenção de induzir *comportamentos positivos no sentido da Cultura da SHST a partir da Escola*, ou seja, passar de imediato à acção.

Percebeu-se, de forma nítida, (estava e está claro no espírito do autor) que, para a *aculturação pretendida* as maiores carências estavam e continuam a estar:

- Na *sensibilização/informação/formação* dos professores e outros agentes da acção educativa
- Na *envolvente Escola*, “cenário” que, na maior parte dos casos, não condiz com “o guião da peça” que se pretende “levar à cena”.

Para (bem) chegar aos alunos é preciso, previamente, preparar o ambiente escola e os professores (e outros).

- Dos contactos referidos antes foi-se materializando um desafio surgido na E S Monserrate: a formatação de um Curso Básico em SHST (40 h) para professores do ensino secundário (extensivo a professores da educação básica), com a preparação dos respectivos suportes didácticos. Este curso foi submetido à acreditação científica e pedagógica do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, pelo Centro de Formação Contínua (de professores) de Viana do Castelo (Julho 2002).

Tendo sido aprovado, foi ministrado, pelo autor, a duas “turmas”, num total de 28 formandos, professores do ensino básico e secundário (Fevereiro a Junho e Março a Julho de 2003, respectivamente).

Estas acções (cursos), mercê do desenvolvimento das pesquisas em curso, passaram a constituir parte essencial desta Dissertação, o que contribuiu para o necessário alargamento do prazo de execução a fim de acompanhar o seu desenvolvimento e poder tirar algumas conclusões (efeitos) destas acções de formação acompanhando (via inquéritos) os formandos por mais um ano lectivo.

.

2.2. As mudanças “em curso” na Escola e sua envolvente

Com o desenvolvimento da investigação no ambiente escola verificam-se alterações do “panorama inicial”, ao descobrir alguns “processos em curso”. Verifica-se (ME):

- Alguns *curricula* da Reforma do Secundário apresentam já conteúdos de SHST (apresentam-se adiante – capítulo 4 - comentários e sugestões para melhorar)
- Edição/difusão do documento *Escola Segura (Manual de Segurança nas Escolas)*
- Ofícios da hierarquia do ME propondo às escolas EB e ES procedimentos de segurança incêndios (e outros).

E também:

- Passagem do *projecto* “Trabalho Seguro Melhor Futuro” a *Programa Nacional* (PNESST) (2001).
- Protocolo IDICT-DEB-DES-DGFV (Março 2004)

Assim, a descoberta “do que está em curso”, *desviou a “tónica” dos objectivos iniciais atrás referidos, passando a ser, por ordem de importância:*

- *Sensibilização/informação/formação* de professores e conselhos executivos ou directivos dos diferentes níveis de ensino (formatação e ministério de cursos/acções de formação).
- *Sensibilização/informação/formação* do pessoal Auxiliar da Acção Educativa (AAE) (idem, cursos/acções de formação).
- *Inserção de matérias de SHST em curricula escolares* do ES (comentários e sugestões sobre os programas homologados da *Reforma do ES*).

Nota: Este propósito foi, de algum modo “aliviado” pelo conhecimento do protocolo celebrado, em Março de 2004, entre o IDICT e vários departamentos do ME visando o mesmo objectivo. ([ver anexo VII, pag.s 125-129](#))

- Propor a *sensibilização/informação/formação* dos técnicos responsáveis das “construções escolares” para a *segurança integrada* tendo em vista as correcções em edifícios escolares actuais e futuros
- Sugerir *sobre o tratamento conveniente da informação* recolhida nas escolas relativamente à sinistralidade escolar (estatísticas de sinistralidade, como ferramentas de apoio à decisão)

2.3. Recolha e análise crítica de informação

Tratando-se de um trabalho essencialmente empírico, a recolha de informação aconteceu de forma directa através de entrevistas pessoais aos responsáveis pelas entidades em análise (para caracterização dos diferentes *ambientes escola e suas envolventes*). A lista de entrevistados, atrás apresentada, diz da amplitude dos contactos.

Estes contactos pessoais permitiram também a recolha de *curricula* e outras informações e documentos relevantes para avaliar “o estado da nação” em

matéria de sensibilização/informação/formação em SHST. Serviram ainda para, nas escolas em que esta temática estava ausente, deixar, quando desse contacto, uma primeira sensibilização para a necessidade de reflectir sobre a importância da respectiva abordagem e tratamento.

Este “apostolado” da SHST surtiu efeito em alguns casos, percebido pela solicitação de apoio a acções de sensibilização/informação/formação para professores e outros activos da comunidade escolar.

A metodologia seguida no desenvolvimento do trabalho contém:

- Entrevistas no *meio Escola* (escolas: ES, EP e ESP)
- Observação do *Ambiente Escolar* e “ponto da situação” relativamente a:
 - Planos de emergência;
 - Normas e práticas de segurança em laboratórios, cantinas, ...;
 - Identificação de perigos e situações de risco, ...;
- Identificação de conteúdos (e forma) de SHST nos *curricula* escolares (com comentários) de:
 - Ensino Secundário: Cursos Científico-humanísticos e Tecnológicos;
 - Ensino Profissional;
 - Ensino Superior: ESTG e ESE do IPVC); na fase final da pesquisa, ESA, ESCE e ESEnf.
- Análise e comentários a Iniciativas e Projectos de SHST em curso nas escolas (*Trabalho Seguro Melhor Futuro*→ *PNESST - IDICT*)
- Idem, idem, a outros projectos ou iniciativas relevantes entretanto descobertos, por pesquisa directa ou sugeridos, empenhados nesta temática (Internet: Brasil, Espanha, UK, AESST, ...)
- Entrevistas (e inquéritos) com responsáveis por entidades “envolventes” da Escola, com responsabilidades na SHST: Delegado de Saúde Concelhio, SNB-PC, CVP, IDICT, S SST CMVC e BVVC.
- Legislação, bibliografia e sítios na Internet relevantes, nacionais e estrangeiros
- ...

2.4. As condicionantes iniciais e o “novo rumo”

Este trabalho desenvolveu-se em “mar revolto” com múltiplas alterações a acontecerem no entretanto. Houve que manter “o rumo desejado” (objectivos) e estabelecer “a rota” (metodologia/forma/apresentação/conteúdos) conveniente. Alguns conteúdos, aparentemente interessantes, ficaram por explorar mas, se percebidos, foram referenciados para tratamento futuro.

A verificação de que o tema SHST começava a ser tratado, de algum modo, pela “hierarquia” do ME, no ES, e a entrevista com o director do CFoCo de Viana do Castelo (Dr. Manuel Simões), pela sensibilidade demonstrada relativamente ao tema “*A Prevenção de Riscos Profissionais a partir da Escola*”, foram determinantes da “nova tónica” posta neste trabalho.

A possibilidade de *passar de imediato à acção* surgiu como hipótese aliciante: *satisfazer de seguida as necessidades de informação/formação de professores e outros “actores” do ambiente escola e aprender com estas acções os efeitos e as correcções de forma para acções futuras.*

Obviamente, os *efeitos de longo prazo*, a implantação da “cultura...” *perseguida*, só serão detectáveis a uma década de distância (redução significativa da sinistralidade laboral) mas, a influencia nos comportamentos dos professores (e auxiliares da acção educativa), pareceu susceptível de ser avaliada “em tempo útil”. Assim, foi um interessante desafio formatar e ministrar as acções de formação que a seguir trataremos (**Capítulo 6**). O acompanhamento (via inquéritos) dos formandos da primeira acção (dois grupos num total de vinte e oito professores) no ano subsequente, pareceu mostrar que a formação foi assimilada e que frutificará.

3. A Envolvente da Escola

3.1. O Ensino Secundário e a Educação Básica

À medida que se foram estabelecendo contactos e procurando documentos de suporte, foi-se definindo “a linha do horizonte envolvente” que pode influenciar a *escola*. Ainda que o estudo enfoque no ES, percebeu-se que havia necessidade de observar, com mais ou menos detalhe o “estado das artes”:

- Em outros níveis de educação/formação
(pré-primário, básico Técnico-profissional e ensino superior: IPVC e as suas cinco escolas)
- A relação daqueles estabelecimentos com os diferentes patamares da hierarquia (CAE, DREN e Serviços centrais do ME ou MCES)
- A Escola como local de trabalho (o cumprimento da legislação de SST vigente e os ofícios da hierarquia)
- A envolvente externa (outros parceiros e sua inter relação)

Durante a pesquisa foram surgindo *acontecimentos* no relacionamento serviços centrais do ME e as *escolas em observação*:

- Em Dezembro de 2003 acontece o lançamento da publicação *Segurança nas Escolas*, distribuída em VC na ESM, às escolas do distrito, pela DREN. O documento foi apresentado realçando-se os seus conteúdos e a importância destes para a “gestão segura” das escolas (*ver anexo V, pag.s 119, 123-124*).
- Em Fevereiro de 2004, o ME recorda às escolas a portaria 1444/2002 – Segurança incêndios - e a obrigação de se elaborarem os respectivos *Planos de Prevenção* e, quando fosse o caso (mais de 500 utentes) os respectivos *Planos de Emergência*, com prazo de três meses para o seu cumprimento (*ver anexo V, pag. 120*).
- Perto do fim deste prazo está a *hierarquia do ME*, de novo, a contactar as escolas por ofício querendo saber “o ponto da situação daquele cumprimento” (*ver anexo V, pag.s 121-122*).
- Em Julho de 2004 havia escolas sem *plano de prevenção* concluído.
- Entretanto, alguns C.Êx.vos procuravam “encomendar fora” os respectivos documentos para “cumprir o preceituado” pela hierarquia.

Comentários:

1. Entre nós, a “entidade Estado” tranquiliza-se legislando e “oficiando”. O cidadão “servidor do estado” tranquiliza-se cumprindo “o cumprível” daqueles documentos. A eficácia é algo que não está nas primeiras preocupações nem de uma nem do outro.

Isto é cultural!

2. Neste momento sente-se que a preocupação do ME com a segurança é ainda, mais na perspectiva “*security*” do que na perspectiva “*safety*”.

3. O documento *Segurança na Escola* merece um comentário positivo pois além de ser um contributo positivo do próprio ME organizou ensinamentos úteis para quem, sem outra formação específica, tenha a responsabilidade executiva da gestão das escolas.

Seria interessante que este tipo de documento fosse dinâmico, isto é, que fosse criticado (pelas escolas durante a sua aplicação), “afinado” e reeditado periodicamente.

3.2. A autonomia no Ensino superior, as escolas do IPVC

Dos contactos e análise dos documentos recolhidos nas cinco escolas do IPVC verificou-se que uma delas, a ESTG está já muito envolvida com esta problemática, ministrando até, desde 2003, uma PG em SHT, formação inicial para Técnicos Superiores de SHT, reconhecida pelo INOFOR e IDICT.

As restantes quatro escolas não estão ainda suficientemente sensibilizadas para o tema, tendo estes contactos de pesquisa “tido o condão” de activar o sentimento de que sobre este haveria que reflectir e agir.

Em anexo apresentam-se *fichas síntese caracterizadoras* de cada uma das escolas. (ver anexo IIb, pag.s 9-15)

É de referir que na ESA, quando da entrevista com o Presidente do Concelho Directivo (no fim de Julho de 2004) foi pedida ao autor “*proposta de intervenção*”; esta foi apresentada no final de Setembro e ficou aprazada para

Novembro “mesa-redonda” sobre a problemática da *SHT Agrícola* com envolvimento de docentes e discentes.

Segue-se o texto dessa proposta de trabalho.

Proposta de intervenção na ESA-IPVC, relativamente à SHST



Considerando que o sector de actividade económica com mais elevados e graves índices de sinistralidade, a seguir à *Construção*, é o da *Agricultura e Pescas*, e verificada a necessidade de integrar, de forma mais consistente, a SHST nos *curricula* dos diferentes cursos ministrados na *Escola Superior Agrária de Ponte de Lima*, proponho:

1. “Mesa-redonda” subordinada ao tema,

Conversando sobre:

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

coordenada por:

Bouça Moraes (TS SHT)

Com a participação dos professores que, de alguma forma, abordam a SST nos programas a seu cargo. (Aberta a toda a população escolar)

Nota: Primeiro passo para diagnosticar as necessidades de informação/formação em SST dos professores

2. Constituição de “grupo de trabalho” que pense a integração da SST nos curricula ou na criação de cadeira específica (semestral, 35 a 40 h ou anual, 70 a 75 h, conforme a possibilidade de sessões práticas “no campo”).

Sugestão de temas a integrar:

- Sinopse de legislação fundamental e sistemas de SST europeus e nacionais

- Protecção dos jovens no trabalho (agrícola e outros)
 - Os problemas da criação de animais (riscos e prevenção)
 - Uso e manutenção de máquinas (riscos e prevenção)
 - Uso de produtos químicos perigosos na agricultura (r. e p.)
 - Riscos típicos para a saúde e doenças na agricultura e sua prevenção
 - A segurança nas oficinas de apoio (manutenção)
 - A construção na agricultura
 - ...
3. Pensar a formatação de acções de formação (curso básico em SST com incidência na agropecuária?)

Viana do Castelo, 29 de Setembro de 2004

Bouça Moraes (TS SHT)

3.3. Os sítios na Internet e outras fontes informativas

Pela *proximidade* que a Internet proporciona são de considerar “outras parcerias” próximas e disponíveis que podem condicionar positivamente a acção e desempenho das escolas. Apenas referirei quatro direcções para onde, *através dessa janela aberta, é bom espreitar de vez em quando*:

- Brasil, pela facilidade da língua e generosa abundância de informação e narrativas de particulares e de instituições
- Espanha, pela vizinhança e facilidade linguística, onde se encontram sítios interessantes com apresentações sugestivas.

Cabe aqui uma outra referência, texto que em Julho de 2004 me chegou por mão amiga, fotocopiado de revista de confederação de trabalhadores do país basco (Espanha) de que junto a imagem em anexo (*ver Anexo X b, pag.s161-164*). As preocupações do entrevistado relativamente à SST e a escola são coincidentes com o que sentimos da nossa realidade presente: a falta da cultura preventiva não assimilada na educação básica, a improvisação dominante e o cumprimento de preceitos apenas para evitar sanções, sem preocupações de eficácia.

Falta no mundo laboral a influência da *primeira escola*, para que se atinjam os desígnios de baixar a sinistralidade laboral, com comportamentos seguros, sem improvisos.

- Reino Unido (Inglaterra) pela qualidade da informação (institucional) encontrada. São referências especiais as instituições HSE e DFEE e, a título ilustrativo da abundância de informação, o sítio: www.teachernet.gov.uk (search: safety = 728 referências: artigos, livros “descarregáveis” em PDF, ligações, etc., em Agosto de 2004).
- AESST que, após a revisão do seu regulamento interno em 2003 passou a disponibilizar informação permanentemente actualizada (renovação constante) de muitíssimo interessante pois permite perceber “o ponto da situação” na Europa dos 25.



Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho

O que é a Agência?

A Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho tem por finalidade tornar os locais de trabalho na Europa mais seguros, mais saudáveis e mais produtivos.

A Agência Europeia actua como catalisador do desenvolvimento, recolha, análise e divulgação da informação, visando melhorar a situação da saúde e da segurança no trabalho na Europa. A Agência é uma organização tripartida da União Europeia e reúne representantes de três importantes grupos de decisores de cada um dos Estados-Membros da UE – os governos, as organizações patronais e as organizações de trabalhadores.

A base jurídica das actividades da Agência são o Regulamento (CE) nº [2062/94](#) do Conselho (que institui a Agência), o Regulamento (CE) nº [1643/95](#) do Conselho (que toma as disposições para a inclusão dos três novos Estados-Membros) e o Regulamento nº [1654/2003](#) do Conselho (que actualiza as regras da Agência em matéria financeira e de acesso público aos documentos, de acordo com a nova regulamentação da EU). A Agência está sediada em Bilbao (Espanha).

AGÊNCIA EUROPEIA PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO
Gran Via 33
E - 48009 Bilbao, Espanha
Tel.: + 34 944-794-360
Fax: + 34 944-794-383
E-mail: information@osha.eu.int
Internet: <http://agency.osha.eu.int>

Obviamente, recomenda-se sentido crítico na análise da informação recolhida, nomeadamente nas duas primeiras fontes sugeridas e quando de particulares. As informações vindas do continente americano poderão estar enformadas por normalização não coincidente com a europeia.

Outras referências e endereços estão referidos no *Capítulo 9, Bibliografia e sítios na Internet*.

3.4. Entidades envolvidas da escola com responsabilidades na SHST

O desenrolar da pesquisa e, nomeadamente, o desenvolvimento dos cursos para professores, permitiram “descobrir” outras entidades envolvidas da escola com responsabilidades ou preocupações na área da SST.

Interessou saber quais as suas ligações ou relações com o meio escolar. Foi estabelecido diálogo com os responsáveis regionais ou locais de:

- Delegação de Saúde VC
- SNB-PC
- BVVC
- IDICT
- SM SST (Serviços Municipais de SST de VC) (Recente)

Das entrevistas e dos inquéritos respondidos (escritos) conclui-se que há já algumas situações de colaboração com a escola:

(ver anexo IXa, pag.s 134-137)

- O SNB-PC no apoio à elaboração e subsequente aprovação dos “planos de emergência” e nas simulações (de emergência/evacuação).
- A Delegação de Saúde concelhia (VC), no cumprimento do seu programa Saúde Escolar, concretizado em visitas periódicas para “Avaliação das Condições de Segurança, Higiene e Saúde nas Escolas”, com principal atenção posta nas cantinas, refeitórios e bares. Estas “visitas/auditorias” nem sempre são entendidas da melhor forma pelas escolas visitadas (“espírito feudal”, aparece um “sentimento de “intrusão” relativamente à outra entidade externa à escola).

(ver anexo IXb, pag.s 138-146)

- A presença do Delegado de Saúde e sua equipa, a convite do formador e do agrupamento, em sessão do curso 2, invertendo a iniciativa, proporcionou um ambiente informativo e de parceria que, por certo, contribuirá para otimizar, no futuro, aquele tipo de “auditoria”.

- A CVP que, no tratamento dos primeiros - socorros pode e vai (núcleo de Viana do Castelo), induzida pelas acções de formação de professores, passar a participar com regularidade em acções de formação (socorrismo) e de informação, em ambiente escola.
- O Serviço de SHST da CM Viana do Castelo (criado em 2001 e com início de actividade em 2003), que cobre todas as actividades dos serviços municipais, estando incluídos nestes os apoios às escolas do ensino básico. **(ver anexo IXc, pag.s 147-150)**
 - Também, a responsável por este serviço esteve em uma das sessões do curso 2, proporcionando-se assim um melhor conhecimento mútuo, acelerando-se, assim, o processo de cooperação; esta cooperação manifestou-se de imediato (Julho 2004) com a visita de técnicos daqueles serviços às escolas do agrupamento onde se haviam detectado situações de risco mais significativas, com vista à sua eliminação.
- O IDICT, através do seu Programa Nacional – PNESST, estabelece contacto permanente com as escolas que nele estão envolvidas. **(ver anexo IXd, pag.s 151-152)**

Há disponibilidade e vontade de colaboração com a escola do lado da generalidade destas instituições

Sente-se ainda uma “cultura feudal” das instituições de serviço público, mais notado na escola, o que não tem estimulado o diálogo e a parceria. Os convites de participação nas acções de formação, das entidades externas à escola, foram “aberturas” que se julga e espera terão desenvolvimento.

O inquérito, acompanhado de entrevista pessoal a todos e cada um dos responsáveis destas entidades e serviços dão suporte a este sentimento e expectativa. Inquéritos **(ver anexo IXa, pag.s 134-137)**

4. Análise curricular (ES – Reforma 2004/05)

A homologação dos programas curriculares das diferentes vias do Ensino Secundário garantiu a estabilidade dos mesmos justificando o “investimento” na respectiva análise.

Esta análise, relativamente à SST, mostrou “um panorama desértico”. Mas, como todo o deserto tem os seus “oásis”, também aqui se encontraram situações dignas de nota.

A análise dos cerca de cem programas consultados em: www.des.min-edu.pt,

aplic_informaticas_10(8)E	geografia%20_b%20_12_ct_homol	organiz_desenvol_despor(87)
aplic_tecnol_10_(9)homol	geografia%20_b%20_12_ct_homol o	prat_acciao_social_10_11_ct_homol
aplic_tecnologicas_11(10)ol	geografia_a_10_11_homol_nova_ver	prat_construcao_10(92)omol
bases_program_10_11_12_ct_homol	geografia_b_10(47)homol	prat_construcao_11(93)mol
biologia_geologia_10_homol_nova_ver	geografia_b_11_(48)homol	prat_desp_recreativas_10_11_ct_hc
biologia_geologia_11_homol	geografia_b_12_ctt(49)homol	prat_lab_electrotecni(97)E
Biologia_Humana_10_(16)DDE	geografia_c_12_homol	prat_labor_electrotecni(99)
biologia_humana_11_ct_homol%20	geometria_desc_a_10_11_ct_homol_nova_ver	prat_laboratoriais_11(98)l
contabilidade_10_(19)homol	geometria_desc_b_10_11_ct_homol_nova_ver	praticas_construcao_10_ct_homol
contabilidade_11_12(20)omol	grego_12_(53)homol	psicologia_10_(101)homol
desenho_a_10_(21)homol	historia_a_10_11_12_cg_homol_nova_ver	saude_socorrismo_10(104)l
desenho_a_11_12_(23)homol	Historia_Artes_B_10º_CT(61)	sist_analog_digitais10(105)
desenho_b_10_(22)homol	historia_b_11_(57)homol	sist_analog_digitais12(107)
desenho_b_11_12_(24)homol	historia_b_(56)homol	sist_analogicos_dig_11(106)
desenho_construc_10(25)omol	historia_c_10_(58)homol	sist_inf_geografica_12_ct_homol
desenho_construcao_11(26)ol	historia_c_11_(59)homol	tec_expressao_comunic(115)
ecologia_10_ct_homol	ingles_10_11_12_cont_homol	tecn_administrativas_10_11_ct_hom
economia_a_10_11_cg_homol_nova_ver	ingles_ini_10_11_12_cg_(68)	tecn_comerciais_10_11_homol_nova
economia_b_10_11_ct_homol	latim_a_11_(71)homol	tecn_construcao_10(122)l
ed_fisica_10_11_12_(35)mol	lingua_portuguesa_10_11_12_cg_ct_homol_nova_ver	tecn_construcao_11(123)
espanhol_10_nc_cg(37)homol	literat_lingua_portug_12_homol	tecn Equipamento_10(129)l
espanhol_11_cont_cg_homol	literatura_portuguesa_1(75)	tecn_ordernam_territorio_10_11_ct_
espanhol_12_cont_cg_homol	mat_aplicada_cien_soc(82)F	tecnol_equip_11_12_homol
espanhol_12_inic_cg_homol	matematica_a_11(77)_homol	tecnol_informaticas_10(131)
espanhol_ini_10_homol_nova_ver	matematica_a_12_(78)homol	tecnolog_multimedia_10(130)
espanhol_inic_11_homol	matematica_a_(76)homol	tic_9_10_homol
filosofia_10_11_cg_ct_homol_nova_ver	matematica_b_11_(80)homol	
filosofia_a_12_homol	matematica_b_12_(81)homol	
fisica_quimica_a_10_homol_nova_ver	matematica_b_(79)homol	
fisica_quimica_a_11_homol	of_design_equipam_10_11_ct_homol	
fisica_quimica_b_10_homol_nova_ver	of_multimedia_10_(85)homol	
fisica_quimica_b_11_homol	org_desenvol_desport_10_11_12_homol_nversao	
frances_10_11_12_ini_cont_cg_homol_nova_ver	org_gestao_empres_11_ct_homol	

suscita os seguintes comentários, relativamente aos contributos neles existentes para a desejada “*Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais...*”:

- Encontramos situações muito positivas e interessantes. Identificadas, vamos sugerir-las como exemplos a multiplicar (dado que já existem nesse universo).
- Acrescentaremos algumas sugestões para programas curriculares onde não encontramos qualquer referência (e esperávamos encontrar) e nos parece ser fácil a integração de sub temas úteis e indutores da *Cultura ...*, em cuja implantação estamos empenhados.

4.1. Os programas de Inglês

São, na nossa opinião, os melhores exemplos de como, neste nível e modalidade de ensino, se deve integrar a SHST. É uma disciplina transversal e o tema aparece naturalmente inserido no contexto de: *O Mundo do Trabalho* ou de *A Vida Profissional*

Programa de Inglês – 10º, 11º e 12º Anos (nível de continuação) 28

3. O MUNDO DO TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> - O mundo do trabalho em mudança <ul style="list-style-type: none"> • alteração de ritmos e locais de trabalho (flexibilização de horário, criação de espaços de lazer, a casa como local de trabalho ...) • internacionalização do trabalho • flexibilização do emprego (o auto-emprego, <i>job-sharing</i>...) • condições de trabalho (saúde e higiene, segurança, ambiente de trabalho...) • formação ao longo da vida • as novas tecnologias no mundo do trabalho • ... - O jovem perante as mudanças <ul style="list-style-type: none"> • diversidade de percursos (<i>gap year</i>, <i>time-off</i>, actividades de acção social, voluntariado...) • escolha de actividades profissionais • lazer • ...
4. UM MUNDO DE MUITAS CULTURAS	<ul style="list-style-type: none"> - A diversidade de culturas de expressão inglesa <ul style="list-style-type: none"> • hábitos e costumes • estilos de vida • ... - A sociedade multicultural <ul style="list-style-type: none"> • igualdade de oportunidades • igualdade de direitos • inclusão social/socioeconómica • discriminação e intolerância (religiosa, política, étnica...) • ... - Movimentos e organizações de acção social e voluntariado: locais, nacionais e internacionais... - ...

DOMÍNIOS DE REFERÊNCIA – 12º Ano

1. LÍNGUAS E COMUNICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilidade, juventude e línguas <ul style="list-style-type: none"> • visitas de estudo • intercâmbios educativos • cursos de férias • programas comunitários • turismo • ... - Plurilinguismo <ul style="list-style-type: none"> • diversidade linguística • convivência linguística • ... - A língua inglesa: <ul style="list-style-type: none"> • nos países de expressão inglesa • como instrumento de comunicação entre culturas • como língua das tecnologias de informação e comunicação • como língua do mundo dos negócios • ...
2. CIDADANIA E MULTICULTURALISMO	<ul style="list-style-type: none"> - A diversidade de culturas de expressão inglesa <ul style="list-style-type: none"> • hábitos e costumes • estilos de vida • ... - A sociedade multicultural <ul style="list-style-type: none"> • igualdade de oportunidades • igualdade de direitos • inclusão social/socioeconómica • discriminação e intolerância (religiosa, política, étnica...) • ... - Movimentos e organizações de acção social e voluntariado: locais, nacionais e internacionais...
3. A VIDA PROFISSIONAL E A TECNOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> - O mundo do trabalho em mudança <ul style="list-style-type: none"> • alteração de ritmos e locais de trabalho (flexibilização de horário, criação de espaços de lazer, a casa como local de trabalho ...) • internacionalização do trabalho • flexibilização do emprego (o auto-emprego, <i>job-sharing</i> ...) • condições de trabalho (saúde e higiene, segurança, ambiente de trabalho ...) • ... - A formação ao longo da vida <ul style="list-style-type: none"> • as tecnologias da informação e da comunicação no mundo do trabalho
4. O MUNDO DAS ARTES E DA CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> - Figuras representativas das literaturas e das artes de expressão inglesa - Tendências artísticas na segunda metade do século XX <ul style="list-style-type: none"> • cinema • música • teatro • dança • pintura • escultura • ... - ...

4.2. Os programas de Física e Química

Também estes programas nos parecem conter a melhor forma de integrar a problemática da SHST. Não se justifica a inserção no currículo lectivo mas sim como alerta para os perigos potenciais e recomendações claras de prevenção para os professores que o leccionarem. Apresenta-se a seguir um extracto de um dos programas assinalando o referido.

Física e Química B - 10º Ano

MÓDULO INICIAL - Materiais: diversidade e constituição

- Aplicar metodologia de resolução de problemas por via experimental
- Pesquisar informação
- Planificar uma actividade experimental num caso concreto
- Propor equipamento de segurança e protecção pessoal adequado às situações em causa
- Localizar equipamento fixo no Laboratório de Química e como aceder a ele
- Seleccionar material de laboratório adequado às operações pretendidas

Sugestões metodológicas

Todas as actividades de laboratório requerem o reconhecimento do laboratório como um local de trabalho que envolve riscos e que necessita, por isso, de procedimentos adequados respeitantes ao uso, em segurança, de materiais e equipamentos.

A aplicação das regras de segurança na utilização do laboratório/equipamento deverá ser uma preocupação constante do professor ao longo de todas as actividades laboratoriais aproveitando as novas situações (utilização de uma nova técnica, um reagente novo ou um novo instrumento) para reforçar tal preocupação. Neste caso particular é importante uma discussão relativa às regras gerais e pessoais para o trabalho com fontes de aquecimento e vidros (queimaduras térmicas e cortes/golpes). É fundamental promover a discussão acerca da colocação dos resíduos em contentores específicos para proceder a processos de eliminação (por exemplo, a eliminação de gorduras poderá ser feita usando material absorvente - serrim/serradura ou papel usado o qual poderá ser colocado em contentor de resíduos de sólidos orgânicos).

O material de uso corrente (vidro, porcelana, plástico e metal) deve situar-se em local próprio, de fácil acesso aos alunos e estar devidamente identificado (com ilustração do equipamento na etiqueta), facilita a associação do nome ao equipamento. É oportuna uma discussão sobre o tipo de vidros que podem, ou não, ser aquecidos.

Sugere-se a planificação, em grupo, de uma proposta de resolução de um problema.

Para os alunos poderem planificar um procedimento de resolução do problema apresentado ou escolhido deverão envolver-se progressivamente nas seguintes etapas:

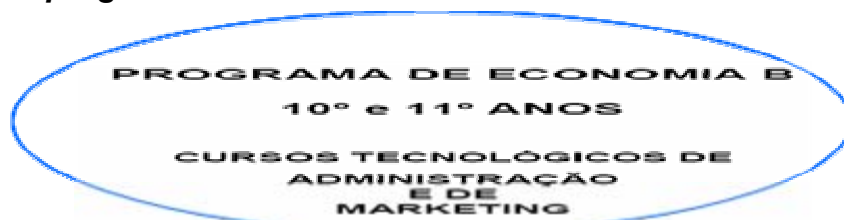
- 1- Qual o problema apresentado? Sou capaz de o traduzir por outras palavras?
- 2- O que é que eu sei de relevante para o problema colocado? Que informação preciso de recolher? Onde a poderei encontrar?
- 3- Com os dados que possuo, como julgo que o problema se resolverá? Qual o caminho, ou caminhos, a seguir?
- 4- Qual a minha previsão sobre os resultados a obter em cada caso?
- 5- Do ponto de vista prático, quais são os passos/etapas especialmente problemáticos em termos de segurança, isto é, quais são os riscos existentes e os aspectos a requerer mais atenção?
- 6- Como executarei o projecto, em termos de materiais e equipamentos?
- 7- O meu grupo de trabalho considera que o problema colocado se resolverá através do seguinte procedimento. O esquema da montagem será mais adequado para a realização experimental?

As etapas descritas anteriormente com a realização experimental (AL 0.1) e interpretação de resultados à luz das ideias que presidiram a planificação seguida, poderão ser enquadradas no modelo que se apresenta.

- Outros programas há que, com simples acréscimos nos “pontos nevralgicos”, passarão facilmente a contribuir para esta “aculturação perseguida”.

Vejamos um exemplo:

4.3. Os programas de Economia



UNIDADE 3 – A produção de bens e de serviços

No estudo desta unidade foca-se o fenómeno fundamental da actividade económica – a produção de bens e de serviços. A realização desta actividade pressupõe a utilização dos factores produtivos – recursos naturais, trabalho e capital – e uma escolha permanente de técnicas de produção, ou seja, de uma combinação dos factores de produção.

Também é de sublinhar a importância do desenvolvimento tecnológico e das suas consequências no fenómeno da produção quer a nível do trabalho quer do capital, condicionando assim a escolha da combinação dos factores de produção.

OBJECTIVOS GERAIS

- Conhecer os factores produtivos
- Compreender o papel do desenvolvimento tecnológico no fenómeno da produção

Total de horas previstas: 15 h (10 tempos lectivos)

CONTEUDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
3. A produção de bens e de serviços			
3.1. Bens – noção e classificação	<ul style="list-style-type: none"> • Bens livres e bens económicos • Bens económicos: <ul style="list-style-type: none"> - Materiais e serviços - De produção e de consumo - Duradouros e não duradouros - Substituíveis e complementares 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir bens livres de bens económicos • Caracterizar os diferentes tipos de bens económicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que a partir de uma lista de bens, utilizados diariamente pelos alunos, se proceda à sua classificação.
3.2. Produção e processo produtivo. Sectores de actividade económica	<ul style="list-style-type: none"> • Produção • Processo produtivo • Sectores de actividade económica: <ul style="list-style-type: none"> - Primário - Secundário - Terciário 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir produção • Caracterizar o processo produtivo • Caracterizar os sectores de actividade económica 	<ul style="list-style-type: none"> • Propõe-se que se efectue uma visita de estudo a uma empresa instalada no meio onde os alunos se inserem, com vista à observação e levantamento dos aspectos mais importantes do fenómeno da produção.
3.3. Factores de produção – noção e classificação	<ul style="list-style-type: none"> • Factor de produção 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir factor de produção • Classificar os factores produtivos 	<ul style="list-style-type: none"> • Poder-se-á orientar esta visita de estudo para a recolha de elementos que constituam uma base de trabalho para outras unidades lectivas, nomeadamente as unidades 5 e 6. Sugere-se também que a visita seja efectuada em conjunto com a disciplina de Organização e Gestão Empresarial, entre outras. Assim, será de explorar, aspectos como: <ul style="list-style-type: none"> - as matérias-primas utilizadas e a sua proveniência; - o equipamento utilizado; - o grau de automação e informatização; - o factor trabalho utilizado / o número de trabalhadores empregues; - funções desempenhadas pelos diferentes grupos de trabalhadores; - funções desempenhadas pela mão-de-obra feminina; - verificar se a empresa emprega cidadãos portadores de deficiência; - qual o destino da produção realizada; - quais as preocupações ambientais da empresa; - qual a preocupação relativa à formação dos trabalhadores.
3.3.1. Os recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos naturais - Renováveis - Não renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Classificar os recursos naturais • Reconhecer o problema da escassez de recursos face a necessidades ilimitadas 	
3.3.2. O trabalho. A situação em Portugal e na União Europeia	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho • População activa • População inactiva • Taxa de actividade • Desemprego • População empregada • População desempregada • Taxa de desemprego • Desenvolvimento tecnológico • Informatização • Automação • Custos da sinistralidade • Desemprego tecnológico • Desemprego repetitivo • Desemprego de longa duração • Formação ao longo da vida • Terciarização 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir trabalho • Descrever a composição da população activa e da população inactiva • Calcular as taxas de actividade e de desemprego • Interpretar valores das taxas de actividade e de desemprego • Referir os custos e os benefícios do desenvolvimento tecnológico • Identificar a automação e a informatização como consequências do desenvolvimento tecnológico • Referir as causas do desemprego • Identificar os tipos de desemprego • Explicar o papel da educação/ formação na valorização profissional dos indivíduos • Relacionar o desenvolvimento tecnológico com a terciarização da economia 	<ul style="list-style-type: none"> • Aconselha-se a consulta de dados estatísticos sobre a realidade portuguesa, quer a nível nacional quer a nível local/regional, bem como sobre a União Europeia para calcular e interpretar os valores das taxas de actividade e de desemprego e verificar a evolução das mesmas. Sugere-se também a observação da evolução das taxas de actividade e de desemprego por sexos.

Nestes programas, a simples inclusão do tema *Custos da Sinistralidade Laboral* quando do estudo do trabalho e dos custos de produção, seria suficiente.

4.4. Outras sugestões para introdução de conceitos de SST nos currícula

(de alguma outra disciplina ou como recomendação metodológica ao professor)

1. Integração nos conteúdos programáticos

- Nas disciplinas de **línguas estrangeiras** como, por exemplo, o espanhol e o alemão que, quando da abordagem já proposta da *Escolha da Profissão* e *Entrevista de Trabalho* (espanhol, 10º e 12º anos) ou em *O Trabalho – Actividades Profissionais* (alemão, 11º ano), *cabem abordagens aos riscos profissionais inerentes e respectiva prevenção.*
- Na disciplina de *Organização e Desenvolvimento Desportivo do CT Desporto*, o programa trata os “primeiros socorros” com a tónica (lógica) na “reparação” ou no “socorro”.
Falta a abordagem preventiva: identificação de riscos quer na envolvente quer nos praticantes e a subsequente minimização.
- Nos diversos programas de História, (exº., 12º ano) ao abordar As *Transformações Sócio Culturais*, introduzir:
 - *Breve história do trabalho desde a idade média (artesãos) e da revolução industrial até aos nossos dias, com a evolução da SHST.*
 - *A industrialização e os novos riscos laborais.*
 - *A Agência Europeia para a SST (Comissão Europeia); as “Directivas Comunitárias” e a sua acção reguladora.*
- Na Matemática aplicada às Ciências Sociais (ou outra que trate a estatística) *recomenda-se, como exemplos, a construção e aplicação de índices de sinistralidade laboral: de incidência, de frequência de gravidade, como “ferramentas para a decisão”.*

- Organização e Gestão Empresarial (11º ano, CT Administração)

Na abordagem da *Função de Recursos Humanos, a Produtividade, ..., caberia a SST, analisando as condições de conforto e segurança dos postos de trabalho, o stresse laboral, etc.*

- Práticas de Acção Social (11º ano, CT Acção Social)

Ao abordar o *alcoolismo* (Mod. 3), *pode enfatizar-se a sua nefasta influencia na sinistralidade laboral (e rodoviária) (referir estatísticas); ou quando trata a Saúde Publica integrar recomendações de higiene laboral.*

- Psicologia (10º ano, CT Acção Social e de Desporto)

Deveria incluir e tratar:

- *Stresse laboral*
- *Assédio Moral*

- Saúde e Socorrismo (10º ano, CT Acção Social)

Em 2.4 - *Outros factores condicionantes da saúde*

Sugere-se a inclusão de um sub ponto:

- Actividade profissional*

- Oficina de Design de Equipamento (10º e 11º anos CT Design de Equipamento)

- Nem pelo carácter oficial (riscos próprios) nem pelo esperado do curso (concepção de equipamentos adaptados ao utilizador) se encontrou no programa qualquer referência à SST, nomeadamente a aspectos ergonómicos. Conceber equipamentos para quê ou para quem? Recomendam-se melhor análise e integração de conceitos convenientes.

2. Recomendações de procedimentos de segurança

(Identificação e prevenção de riscos, antecedendo os programas)

Os programas de: Geometria Descritiva, “Desenhos”, “Contabilidades”, “TICs”, “SIG” e outros, de disciplinas que pressupõem trabalho sentado prolongado, uso de computador (visor e teclado), exigindo esforço visual, ..., deveriam conter recomendações iniciais de carácter ergonómico (posturas, pausas e exercícios de relaxamento, ajustes de assento e mesa de trabalho, iluminação, ..., o que não encontramos em nenhum dos programas consultados.

A Oficina de Multimédia (10º ano CT Multi-Media) merece ainda recomendações sobre ruído (sonoplastia) e riscos químicos (laboratório de fotografia).

Em alguns programas de educação física e de desporto foram encontradas preocupações (ténues) com a SS. No entanto, não encontramos preocupações com a “*sinistralidade do aluno na escola*” (para identificação e correcção de causas – riscos da envolvente). Parece-nos importante fazer com que o aluno se sinta, já na escola, “em ambiente de trabalho” nomeadamente nos cursos tecnológicos de desporto.

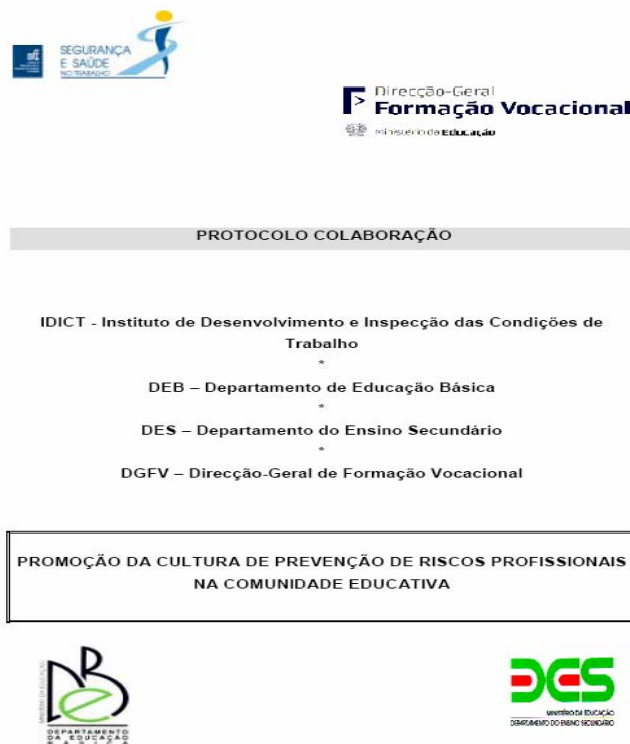
Nas “Biologias” (cursos vários) e Ecologia” (CT Ordenamento do Território e Ambiente), onde há contactos com produtos biológicos, era de esperar recomendações sobre a identificação de riscos (gerais) e procedimentos preventivos. Não vimos.

Nos programas de física e química há *riscos específicos* que mereciam ser referidos no desenvolvimento curricular, tais como: riscos eléctricos e os de “contacto” com bactérias e “metais pesados” .

4.5. O Protocolo de Cooperação com o IDICT

Em 17 de Março de 2004, foi assinado um Protocolo de Cooperação entre o IDICT e os DES, o DEB e a DGFV do ME (ver anexo VII, pag.s 125-128) que tem, entre outros objectivos, fazer este levantamento dos conteúdos de SHST leccionados nos diferentes níveis do ensino não superior.

Veja-se o extracto que segue:



...

1.

Dá-se, por outro lado, como um dos objectivos prioritários, na sua alínea K, a definição e desenvolvimento de :

"Medidas que assegurem uma efectiva integração das matérias relacionadas com a segurança, higiene e saúde no trabalho nos curricula escolares, incluindo a formação de professores nestes domínios (...)".

...

2.

Considerando também:

• • •

- que a reforma curricular do ensino secundário, com a entrada em vigor de novos programas escolares, constitui uma oportunidade apropriada para a inclusão de matérias de SHST, naquela organização curricular;

• • •

3.

Pretende-se:

Contribuir para a prossecução dos objectivos referidos naqueles instrumentos normativos e de política social, através da inovação e do aprofundamento daquelas experiências no âmbito de diversos projectos, segundo os seguintes eixos estratégicos:

- identificação dos meios e estratégias que permitam integrar em todas as formações de nível básico e secundário abordagens de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho para o desenvolvimento de competências de natureza transversal inerentes à educação para a cidadania;

...

4.

No âmbito deste Protocolo será criado um grupo de trabalho IDICT/DEB/DES/DGFV que terá por missão:

- propor um Plano Anual de Actividades, no quadro da implementação do presente Protocolo:
 - levantamento dos conteúdos de SHST leccionados nos diferentes níveis de ensino não superior;

...

Pareceu curial não despendar “mais energias” nesta “vertente” considerando que o grupo de trabalho desenvolverá, por certo, com mais eficácia esta tarefa. No entanto, algumas sugestão já aqui ficam feitas e que, porque antecipadas, poderão ter utilidade.

Consultado o ME (Setembro de 2004) sobre o “ponto da situação” do protocolo soube-se da nomeação de elementos para integrar o “grupo de trabalho” e que a coordenação deste “grupo” compete à coordenadora nacional do PNEST. Quanto a *trabalho consultável já realizado*, nada foi conhecido.

5. Estatísticas de sinistralidade na escola

A procura dos índices de sinistralidade na escola foi induzida em sessão de formação do *Curso 1* quando à pergunta: “*Sente-se a escola como local de riscos?*”, surge a resposta de um dos formandos, que pretendia fazer ironia com os colegas de educação física presentes: “*Não, a não ser quando os professores da educação física chamam o 112! Eles são os principais clientes desse serviço!*”

Esta questão estimulou a curiosidade de saber que fundamento tinha provocado esta observação.

Após pesquisa (pelos formandos) verificou-se:

- Efectivamente, as informações registadas que se conseguiram recolher na escola (ESM) eram predominantemente relativos à educação física
- Apenas as “participações” do seguro escolar motiva tais registos
- Estas participações (que caracterizam suficientemente as causas e os efeitos) são enviadas à DREN sem qualquer análise particular ou tratamento

Após esta primeira pesquisa e análise procuramos saber que outro fim seria dado, em instâncias superiores da hierarquia/organização do sistema educativo. Consultados os CAE e DREN verificamos que:

- As participações de acidentes com alunos, são enviados pelas escolas directamente para a DREN, que procede em conformidade com os encargos do seguro escolar. Elabora mapas de registo trimestrais (por período escolar) com todas as escolas da região e arquiva. Não foi sentida nenhuma outra utilização para estes dados e registos. (*ver anexo IV, pag.s 108-113*)
- Os acidentes com *docentes* e *não docentes* são tratados a nível dos CAE distritais (verificado em Braga e Viana do Castelo). Aqui, o procedimento e a finalidade são semelhantes. O registo, em mapas cumulativos, “vai-se fazendo” (quando há tempo) pois não

há, também aqui, outro interesse nestes dados que não seja o do seguro escolar (pagamentos).

- Procuradas as listagens relativas à *população escolar* (nº de alunos) percebeu-se que estas estavam disponíveis mas em outro serviço da DREN que não *a que trata dos acidentes*.
- As listagens relativas aos *docentes e não docentes* foram conseguidas junto dos CAE respectivos. Verificou-se que, também estes dados não estavam, na hora do pedido, disponíveis. Estavam dispersos e foram recolhidos para, gentilmente, satisfazerem o pedido.

A observação dos “mapas de registos de sinistralidade escolar” permite, numa leitura simples perceber:

- Os pátios de recreio são os locais onde ocorrem mais acidentes seguidos dos ginásios
- O número de acidentes vai diminuindo ao longo do ano

Será todos os anos assim? Os alunos vão aprendendo a defender-se dos perigos que as construções escolares apresentam?

Fica em aberto o interesse de encontrar respostas.

Este tema do tratamento dos registos e da estatística da sinistralidade na escola fica, neste trabalho, apenas indiciado pois a recolha de dados que, recorde-se, se iniciou em fase adiantada da pesquisa, foi muito lenta pelo tempo que demoraram as respostas. Os formatos e conteúdos dos quadros de valores fornecidos pelos CAE de Braga e de Viana do Castelo ilustram bem a não homogeneidade de critérios. (*ver anexo IV, pag.s 114-115*)

6. Acções de formação – Os Cursos

6.1. Os cursos para professores

A oportunidade de desenvolvimento de cursos de formação de professores, durante o período de recolha/tratamento de informação para o desenvolvimento da dissertação, aconteceu, como já referido, após identificação de vontade/necessidade de informação sobre o tema que estávamos a tratar por parte de professores da ESM. Conversa subsequente com o director do CFoCo VC desencadeou o processo que se tornou o principal suporte deste estudo.

As diferentes acções serviram como “fonte” informativa, através da análise quer das respostas a questões discutidas com os formandos (professores), o que permitiu conhecer o sentimento/comportamento dos professores participantes e perceber a respectiva evolução no decorrer da formação, prolongando-se esse contacto durante o ano lectivo seguinte (2003-2004) (via inquérito).

Estas acções (cursos) deram resultados globalmente muito positivos. A suportar esta afirmação estão os dados tratados dos inquéritos sobre as mesmas, pelo CFoCo VC e que se apresentam integralmente em anexo. (*ver anexo III: pag.s 30-40; 46-56; 75-93*)

Os inquéritos por nós próprio promovidos também apontam no mesmo sentido.

Alguns dos aspectos “menos positivos” são alheios à formatação proposta pelo formador (autor deste trabalho) e que são perfeitamente “corrigíveis” em acções futuras.

Algumas notas/comentário:

1. As modalidades (Ciclo de Estudo; Curso de Formação; Oficina; ...) e a duração das acções foram “acertadas” pelo Conselho Pedagógico do CFoCo VC. Acredito que, em próximas acções, porque mais informado sobre a temática, este Conselho aplique diferentes critérios para melhorar a eficiência.

2. O horário praticado com o *curso 2* esteve condicionado ao “calendário escolar”. As sessões mais longas pretenderam encurtar a *duração de calendário* da acção (proximidade do fim do ano lectivo).
3. A reclamada *vertente prática* pode ser enriquecida. Já o foi do *curso 1* para o *curso 2*, quer com a participação do Cd.te dos BVVC no adestramento dos formandos no uso de extintores (*ver Anexo III, pag.s 69-70*) quer com as sessões descentralizadas. Estas, pelo menos uma em cada uma das escolas do agrupamento (EB 1, 2, 3, e JI) proporcionaram levantamentos de situações de risco e perigos potenciais, úteis quer como “exercícios de aplicação”, quer pelos resultados produzidos pelos “grupos de trabalho” constituídos na *turma*, servindo de apoio às respectivas directoras (participantes no curso) para o desenvolvimento dos seus PSSE.

A utilização de “lista de verificação”, suporte da Delegação de Saúde concelhia para a sua “Avaliação das Condições de SHSE” no programa de saúde escolar, permitiu também uma aproximação àquela entidade facilitando acções futuras em mais estreita colaboração. A presença do Delegado de Saúde e sua equipa de Saúde Pública numa das sessões foi factor relevante para este objectivo.

4. A integração do Socorrismo neste tipo de acção requer cuidado: não deverá criar “falsas seguranças” pela precariedade com que o tema terá que ser tratado neste tipo de acção com *turmas* da ordem das quinze pessoas. É preferível que exista a sensibilização para o tema e que esta seja depois complementada com cursos autónomos. A CVP tem estruturados e ministra a partir de todas as delegações estes cursos conferindo credenciação como *Socorrista*.
5. A heterogeneidade do público-alvo participante nos cursos (diferentes áreas do saber e diferentes responsabilidades na “gestão escolar”) exige ao formador um permanente perscrutar de necessidades e interesses e a capacidade para gerir “a dose” com que se satisfazem essas solicitações mais ou menos individualizadas de forma a não “envenenar”, pelo tédio, os restantes participantes.

Para uma completa informação sobre a *forma e conteúdo* dos cursos é necessário **consultar o anexo III, pag. 16 e seguintes** , onde se inseriram documentos vários, a saber:

- Objectivos, conteúdos programáticos e metodologias (**pag.s 16-21; 57-62**)
- Relatórios das acções, pelo autor (**pag.s 22-26; 41-45; 71-74**)
- Notas informativas sobre o decorrer do curso 2, para a *página Internet* do CFoCo (**pag.s 63-74**)
- Modelos dos inquéritos do autor, aos formandos e a professores de inglês (**pag.s 100-107**).

Os Inquéritos

A prática dos cursos de formação para professores proporcionou de várias formas o enriquecimento deste trabalho. Uma dessas formas foi, “via inquéritos” quer no início quer no final quer ainda um ano após a acção (curso I) em que os formandos (professores da EB e do ES, todos com mais de cinco anos de serviço e vários com mais de vinte) se dignaram responder.

Os comentários e sugestões que fizeram nos primeiros inquéritos bem como os que verbalmente aconteceram no decorrer das sessões contribuíram para orientar “a rota” dos cursos à medida que estes se foram desenvolvendo.

As respostas aos inquéritos feitos no final dos cursos e um ano após, consolidaram a ideia de que os procedimentos utilizados floresceram e continuarão a desenvolver-se.

Foram concebidos e aplicados três inquéritos ao primeiro curso (a cada uma das duas turmas num total de trinta formandos no primeiro inquérito e vinte e oito no segundo). No terceiro, um ano depois, foi possível obter vinte e sete respostas.

Considerando que os questionários foram os mesmos, que os perfis dos formandos eram similares e que “os tempos” em que os dois cursos decorreram tiveram “sobreposição parcial de calendário” pareceu curial fazer a respectiva análise conjuntamente.

É interessante perceber, através das respostas a estes inquéritos, a diversidade de motivações e formas de sentir as mesmas problemáticas, pelos professores participantes.

Análise dos inquéritos

Curso I

(“A Cultura de Prevenção de Riscos Profissionais a partir da Escola”)

Inquérito 1

No início das duas acções (Fevereiro/Março 2003), 2º sessão, após apresentações pessoais (e respectivas motivações) e exposição sobre: o programa previsto, os suportes didácticos, a metodologia a seguir e o processo de avaliação. *(Modelo em: Anexo III b, pag.100)*

(30 respostas) (O nº de “motivações” e de “objectivos” expressos ultrapassa os trinta por terem sido referidos vários por alguns dos formandos)

1. O que a (o) motivou nesta acção? Porque decidiu frequentá-la?
 - Aumentar conhecimentos (na área da educação/ formação) (11)
 - “Créditos” da formação contínua para progressão na carreira (6)
 - Curiosidade e interesse pelo tema (8)
 - Aprofundar conhecimentos (5)
 - Importância do tema (actualização) (3)
 - Novidade, tema inédito na formação contínua de professores (2)
 - “Estou numa profissão de risco” (2)
 - Formação integral para a cidadania (2)
 - Faz parte dos curricula escolares (1)
 - Estar envolvido no programa TSMF; preocupação com a sinistralidade (1)
 - Necessidade de saber mais para uso profissional (1)
 - Correlação positiva com a minha área de ensino (1)
 - Interessado na mensagem da *Prevenção a partir da Escola* (1)
 - Formação e valorização pessoal (1)
 - Necessidade de “ferramentas” para leccionar o módulo de SHST (1)
 - Como prevenir o Stresse Laboral (na escola) (1)
 - Possibilidade de utilização futura (1)
 - Boas referencias colhidas “na turma que iniciou antes” (1)

2. Que objectivos espera atingir? O que conta “aprender”?

- Saber mais sobre o tema (8)
- Saber mais para uso profissional (e não só) (5)
- Saber sobre riscos laborais e sua prevenção (4)
- Meios para prevenir riscos profissionais na actividade que exerce (4)
- Adquirir competências básicas e gerais no tema (3)
- Saber como prevenir riscos profissionais (3)
- “Despertar para “ e desenvolver conhecimentos em SHST (2)
- Conhecer posturas legais afins (2)
- “Créditos” da formação contínua para progressão na carreira (1)
- Recolher informação relevante (legislação e outra) (1)
- Ajuda para ultrapassar problemas da profissão de professor (1)
- Promover junto dos alunos *o espírito da prevenção dos riscos que o viver comporta* (1)
- Cultura geral (1)
- Melhorar conhecimentos (1)
- Estratégias para motivar os alunos (1)
- Ainda não sei (1)

3. Já assistiu à apresentação do *Programa*.
Este satisfaz as suas expectativas?

- Sim, plenamente (9) (30%)
- Sim (20) (67%)
- N/respondeu (1) (3%) (não assistiu à apresentação)

4. Já tomou conhecimento da metodologia proposta pelo formador.
Está conforme o esperado?

- Sim, sem dúvida (7) (24%)
- Sim (20) (67%)
- Parcialmente (1) (3%)
- Não (1) (3%)
- N/respondeu (1) (3%) (não assistiu à apresentação)

Comentário e sugestões:

- Nada a sugerir (17)
- Debater temas conforme a sensibilidade e interesses dos elementos do grupo (4)
- Surgirão com o desenvolvimento da acção (2)
- Reduzir ou eliminar “ferramentas “ de avaliação (1)

- Trabalho final em grupo (1)
- Abordar “o como se deve sensibilizar os alunos para a SHST” (1)
- Bastante motivado acredita que a acção será enriquecedora (1)
- Fundamentação bibliográfica (1)
- Sessões “mais práticas e mais dialoga” (1)

Inquérito 2 (Curso I)

No final das duas acções (Junho/Julho 2003). (*Modelo em: Anexo III b, pag.101*)

(28 respostas) (*dois dos formandos não completaram a formação por incompatibilidade de horário surgida após início*)

1. Acha que o curso que agora termina lhe vai ser útil como profissional da educação/ensino?

- Sim (28) (100%)

(Comentários)

- Passei a ter “um outro olhar” para as questões da SHST
- Grande enriquecimento cultural, com âmbito alargado, que me permite agora abordar com confiança esta problemática com os alunos
- Fiquei mais enriquecido e consciente para pequenas questões que podem ser importantes para a segurança dos alunos
- Este curso enquadra-se na formação para a cidadania. Ora, esta é imprescindível ao perfil terminal do aluno do ensino secundário. Logo...
- Na abordagem de situações, problemas que envolvam riscos/segurança profissional posso recorrer a noções/conhecimentos aqui apreendidos. Do mesmo modo alertou-me para posturas mais fiáveis na profissão.
- Como profissional da educação/ensino passei a olhar e a ver muitos aspectos que considero importantes para transmitir aos alunos quer na língua materna quer na língua alemã. Também como cidadã e como doméstica me vai ser útil
- Sim, tanto mais que no novo programa do 11º ano (inglês) a SHST vem contemplada
- Estarei mais alerta quer para os *riscos profissionais* quer para a prevenção dos mesmos

- Nomeadamente no alerta para determinados aspectos/riscos a que estava sujeita e para os quais não estava sensibilizada
- Senão estivesse convencido disso teria desistido
- Este curso facilitou-me uma formação específica sobre a temática abordada para a qual não estava alertada
- Embora tivesse algum conhecimento sobre prevenção e segurança com este curso fiquei muito mais esclarecido e alertado para esta problemática
- O curso foi uma opção livre da minha parte para sistematizar e aprender sobre os temas tratados. Os objectivos foram atingidos
- Para abordar a temática da segurança com os meus alunos
- Ao ajudar a fundamentar melhor a sensibilização que “pré-existia” , permitindo-me fazer uma abordagem mais segura desta temática
- Sim, muito
- Há unidades temáticas em *POL Civil* onde tenho que abordar estes assuntos
-

2. Pensa abordar esta temática da Segurança (prevenção de riscos) com os seus alunos?

- Sim (27) (96%)
- Não (1) (4%)

Se sim, de que forma imagina agora, vir a fazê-lo?

- De forma mais participativa; exemplo: exercícios de relaxamento
- Sensibilizar *Conselhos de Turma* para tratar o tema no *projecto curricular da turma*
- Quando abordar a segurança das actividades físicas e desportivas darei outros exemplos de outras actividades
- Como introdução de aulas práticas
- Não de um modo formal dado que no plano curricular do curso que coordeno existe uma disciplina de SHST ministrada por um colega
- Dentro da programação de algumas disciplinas de mecânica

- Durante as aulas (Educação Física). Já aplico regras de segurança, principalmente no domínio da técnica, higiene e cuidados a ter após o banho. Agora, com conhecimentos mais amplos e sensibilizado para outros aspectos, passo a ter mais campo de intervenção
- Penso vir a fazê-lo quando da *construção da hierarquia pessoal de valores* (10º ano – Filosofia). Penso também aplicar estes conhecimentos no módulo *Prevenção, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho* (9º ano+1)
- Quando as situações ocorrerem, no desenrolar das actividades lectivas: na exploração de um artigo jornalístico, na construção de um *portfólio*, na análise do percurso de evacuação, ...
- No estudo de vocabulário (alemão) acrescentarei, quando oportuno, os riscos relativos ao vocábulo ou tema a tratar. Idem, idem na análise de textos.
- Através da procura de material em inglês de referência (revistas, livros, Internet, ...) e respectiva exploração. No 11º ano será área curricular
- No âmbito da aula de Português, pegando, por exemplo em notícias de jornal onde se tratem acidentes de trabalho, ou comentando imagens sugestivas. Os riscos profissionais também poderão ser um bom tema para uma área projecto
- Um professor deve educar de forma criativa. Qualquer conteúdo a abordar questões mais abrangentes deve incluir *a segurança*. Fiquei sensibilizado para esta temática.
- Na prevenção de riscos na minha disciplina (EF) que é predominantemente prática. Com diálogo, leitura de textos, levantamento de riscos, fornecimento de recomendações, ...
- Abordando as situações de risco inerentes à disciplina (EF), no início do ano lectivo; abordar as situações de risco e formas de prevenção específicas da actividade de cada aula
- Com uma sensibilização maior, recorrendo a exemplos mais concretos

- Enquanto director de turma tenho abordado já algumas vezes a problemática da segurança na escola, nomeadamente sobre a prática do plano de evacuação/emergência. Enquanto professor de Construção Civil sou “obrigado” curricularmente a fazê-lo
- Pontualmente poderei vir a fazê-lo caso surjam casos concretos de risco no decorrer da minha prática laboral. Enquanto profissional do ensino fico disponível para contribuir para “boas práticas”
- Transmitindo-lhes conhecimentos básicos daquilo que aprendi na acção de formação, questionando-os com simulações de riscos e, se possível, mostrando-lhes documentação (vídeos, ...) sobre acidentes/incidentes ocorridos por falta de prevenção
- Sobretudo nas aulas laboratoriais e oficinais, alertando para as condições de higiene e manuseamento de máquinas e equipamentos
- A temática da segurança está incluída nos *curricula* do meu grupo. Penso abordar esta temática de forma mais completa, utilizando mais suportes escritos e conhecimentos agora adquiridos
- De duas formas:
 - Como parte do programa de POL (10º ano Electrotecnia)
 - Em situações concretas que eventualmente surjam durante os trabalhos
- Dada a disciplina que lecciono (Química), fá-lo-ei sobretudo quando das actividades experimentais
- De uma forma sistemática, aliás, como já vinha a fazer, embora o faça agora com mais segurança e à vontade
- Normalmente já abordava questões desta natureza com as minhas turmas. Agora ainda estou mais desperta para outras questões, mais gerais, em que passarei também a intervir
- Aproveitando as situações que possam surgir e explorando-as com normalidade

- A forma será a que já usava, com acetatos elucidativos das situações a sensibilizar
- Tenciono fazer alguns trabalhos de pesquisa e de demonstração dos “perigos” mais evidentes (PO Electrotecnia)

3. Entende que este tipo de acções, dirigidas a professores, pode contribuir para a criação de uma “Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais a partir da Escola”?

- Sim (27) (93%)
- Não sei (1) (4%)

(acrescente comentário, se entender)

- Criança educada desde pequenina será mais “útil” socialmente: na escola, em casa, no ginásio, na rua, ...
- A instituição escolar vale pelos valores individuais e colectivos dos seus agentes. Assim, a escola pode mudar comportamentos e é a partir dela que se criam hábitos e atitudes que ficam para a vida.
- Julgo que no próximo ano lectivo já teremos provas inequívocas dessa “cultura”
- Evidentemente, alarga o horizonte reflexivo e desperta o interesse para o conhecimento de situações. No entanto, considero pertinente que o espírito crítico/investigativo que caracteriza os docentes não se feche no domínio dos conceitos fundamentais
- Nós, mais do que qualquer outro profissional, podemos, através dos nossos alunos, contribuir para a criação ou alargamento de uma tal cultura, que por muitos é ainda ignorada
- Deve começar no ensino primário ou mesmo antes. Não só através dos professores mas também de outros profissionais que façam acções *ad hoc* junto das turmas
- A verbalização destes temas conduz a uma maior consciencialização

- É a partir da escola, através dos professores, ensinando os alunos a lidar com as situações e alertando-os para os riscos mais evidentes
- A criação de qualquer cultura escolar tem que se basear na acção dos professores para que dela possa resultar proveito social. A formação será sempre uma forma de extrema importância nesse processo
- A acção poderá contribuir para a criação da referida Cultura se todos os professores se empenharem, na medida das suas possibilidades, por aplicar os conhecimentos adquiridos
- Se considerarmos a escola como instituição onde é possível mudar comportamentos, é evidente que os professores podem ter um papel importante na consciencialização das populações na prevenção e diminuição de acidentes profissionais
- Tal como eu, que não estava consciente das necessidades envolventes à “Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais a partir da Escola”, penso que também a maioria dos colegas se encontrou nessa situação
- Muitos professores não conhecem minimamente o que é *um plano de segurança da escola*, pensando, por vezes, que basta haver *extintores e saídas de emergência* para que tudo funcione na perfeição
- A sensibilização dos professores pode trazer à comunidade escolas o *questionar permanente das questões de higiene e segurança*
- De forma diferente, cada professor participante neste tipo de acção fica sensibilizado para os problemas e, necessariamente, irá, à sua maneira, transmitir os seus novos ou melhor estruturados conhecimentos aos alunos
- Há uma maior sensibilização dos professores que, naturalmente, se reflectirá nos seus alunos
- Sim, pelo seu efeito multiplicador
- Penso que pode contribuir muito: *“agua mole em pedra dura, ...”*

- É a partir da escola e da família que se criam ou mudam hábitos e atitudes
- As pessoas ficam mais atentas às situações que surgem
- Será preciso uma grande divulgação destes assuntos

4. Fica disponível para, durante o próximo ano lectivo, responder a mais um (ou dois) inquérito(s) deste género, para se monitorar o efeito da acção?

- Sim (28) (100%)

Se sim, e se não pertencer à ES Monserrate, por favor, indique forma de contacto: endereço postal, endereço electrónico ou nº de telefone.

- Totalidade dos contactos disponibilizados (28) (100%)

Inquérito 3 (Curso I)

(Modelo em: Anexo III b, pag.102)

Um ano após a acção de formação (Março 2004). **(27 respostas)**

Notas:

- *Dois dos formandos não estiveram a leccionar (outras funções)*
- *Dos vinte e oito formandos que concluíram a formação, só de um não se conseguiu o contacto (mudança de escola para fora do distrito)*

1. Sente que a formação em SHST lhe foi útil para a sua actividade profissional como educador/formador?

S	27	100%
N	-	-

Se sim, em quê ou porquê?

- Valorizou-me profissional e socialmente
- Fiquei mais sensibilizado e alertado para estes problemas, aumentando no sentido positivo, a minha posição crítica face à detecção de situações de risco
- As questões ligadas à segurança dos praticantes desportivos são sem dúvida importantes para quem ensina. Naturalmente fiquei mais sensibilizado e atento para factores extrínsecos, nomeadamente: instalações desportivas, materiais, condições climatéricas, ...
- Permite-me organizar a aula em função dos espaços (sala), verificar a segurança dos materiais utilizados e informar e organizar os alunos prevenindo os perigos de assumirem comportamentos desviantes relativamente aos indicados pelo professor
- Esta formação estruturou e organizou a informação que possuía e acrescentou alguns conhecimentos úteis
- Sensibilizou-me para algumas situações de risco na minha profissão

- Na qualidade de membro da comunidade escolar, que partilha espaços e tempos com outros, de intervir, tentando contribuir para que o ambiente de trabalho seja o mais seguro e salutar possível
- Apesar de considerar que já estava desperta para os problemas da segurança, no final da acção fiquei mais elucidada e com uma visão mais alargada dos perigos eminentes
- Aprofundou o conhecimento sobre alguns temas
- Abordou temáticas que por vezes passam despercebidas
- Ficamos mais sensibilizados para os problemas da prevenção
- Será um tema a abordar nos programas de 11º ano em 2004-2005
- Porque me permitiu melhorar processos na minha actividade como formador
- A formação foi-me útil na medida em que me tornei mais atenta a determinadas questões que até então me eram indiferentes
- Mostrou-nos um conjunto de problemas que por vezes desconhecemos ou ignoramos
- Vai ajudar-me a elaborar o plano de segurança da minha escola
- Sensibilizou-me de um modo aprofundado para toda a envolvimento relacionada com a SHST e me tornou, possivelmente, numa melhor educadora
- Porque me alertou para situações que passavam despercebidas nas aulas
- Porque a SHS são valores a preservar e cultivar no quotidiano de cada cidadão responsável: aluno, professor ou outro
- Visando a Filosofia (em especial no 10º ano) fomentar a construção de uma “escala de valores” pessoal, a “SHS” surge neste contexto com toda a oportunidade enriquecendo a referida escala
- Aumento de conhecimentos sobre a matéria
- Maior cuidado na utilização de material específico, mais e melhor informação sobre segurança e prevenção de riscos
- Reforçou a minha sensibilidade para o problema
- Para reforçar o meu cuidado em transmitir esses valores aos alunos, futuros trabalhadores

- A formação obtida permite-me reflectir sobre o tema de uma forma mais concreta e profunda, nomeadamente no aspecto legislativo

2. Pensa que a Escola deve contribuir para incutir nos jovens alunos (trabalhadores de amanhã) a Cultura da Prevenção de Riscos Laborais?

S	27	100%
N	-	-

3. Sente que no seu dia-a-dia de professor, pela forma como trata os temas a leccionar está a contribuir para o desenvolvimento dessa cultura preventiva?

S	24	89%
N	3	11%

4. Os programas curriculares da sua área contêm explicitamente recomendações da abordagem de temas laborais e particularmente de SHST?

S	16	59%
N	11	41%

Se sim, em que disciplina/ano?

Nota: alguns comentários referem a iniciativa pessoal

- Muito pouco. (Práticas Oficiais e Laboratoriais Electrotecnia)

- Como professora de apoio educativo nas áreas de *Independência Pessoal e Orientação e Mobilidade*
- POL 10º ano
- Educação física; ajudas em ginástica desportiva
- Na ginástica artística e acrobática, temas ligados com a ergonomia: posturas, ...
- Em tecnologias da construção civil, 12º ano
- SHST (CET Condução de Obra)
- Inglês (11º ano - novos programas)
- Organização de empresas, 11º ano, curso nocturno
- 9º+1 *Formação para a Cidadania*
- Educação física e Formação Cívica (Básica 3)
- Apenas recomendações para os trabalhos laboratoriais (Química)
- Tecnologias de C Civil 12º ano

5. Tem desenvolvido actividades ou abordada especificamente esta temática da SHST nas suas aulas?

S	22	81%
N	5	19%

Se sim, quer dizer algo mais sobre isso?

- Actualmente não lecciono. Quando o fazia, abordava com frequência os temas da *higiene e segurança* no trabalho para sensibilizar os alunos para a vida profissional futura
- Tenho abordado esta temática de uma forma específica, no trabalho que desenvolvo com alunos portadores de incapacidade física, com esses alunos e com o pessoal docente e discente envolvido no processo educativo

- Em aulas de ginástica com saltos de trampolim, onde há maior risco de acidente
- Conteúdos de higiene pessoal; cuidados alimentares; ajudas em actividades cívicas
- Os alunos da área da C. Civil são alertados para a protecção colectiva e individual. Estes temas são abordados na indústria da construção e trabalhos com esta relacionados
- Segurança sempre presente na planificação e nos métodos utilizados na aula (EF); segurança nos materiais desportivos; segurança na execução correcta dos exercícios
- As questões da segurança são abordadas quer relativamente ao material utilizado quer aos espaços quer ainda aos equipamentos móveis e também função dos colegas envolvidos
- Relacionado com o *Plano de Emergência da escola*, sensibilizando para os cuidados a adoptar em caso de evacuação da sala de aula
- Tenho por hábito abordar esta temática sempre que se proporciona, geralmente fora dos contextos programáticos das disciplinas mas numa perspectiva de *formação geral para a cidadania*
- É normal na nossa área (EF) alertar os alunos para o tema
- O aumento da sinistralidade leva-nos a sensibilizar os alunos para esta problemática
- Ao abordar as profissões referimos alguns dos riscos próprios e os respectivos procedimentos preventivos
- Na sala de aula alerta em permanência para a adopção de posturas correctas
- Ainda que de forma ligeira, com os alunos do 10º ano, tratando dos possíveis acidentes em casa causados por descuido no uso de electrodomésticos (inglês)
- Conforme as tarefas práticas a realizar são abordadas as normas de segurança e higiene para cada caso (C Civil)
- Riscos inerentes à ergonomia, radiações, ruído, electricidade, ... (9º+1)
- Utilização de materiais específicos da EF para prevenir acidentes.
- Movimentação e arrumação de “cargas”, cuidados a ter

- Simulacro de incêndio
- Especialmente nas aulas experimentais (Química)
- O tema da SHST será abordado mais tarde (terceiro período) mas, sempre que surgem notícias de acidentes laborais – mais frequentes do que seria desejável – comento-os com os alunos na perspectiva da prevenção e SHST
- Exercendo funções de coordenação técnica numa associação desportiva, na relação com os jovens atletas, informamos um conjunto de procedimentos para prevenir e tratar lesões, cuidados alimentares no sentido dos melhores resultados desportivos e de uma melhor qualidade de vida, ...

b. Se não, pensa, ainda este ano lectivo, vir a fazê-lo?

S	2	40%
N	3*	60%
* Não estão a leccionar		

-Como?

- Depende dos novos programas
- Se se proporcionar, em diálogo com os alunos

Curso 2 (“Formação Básica em SHST”)

Inquérito 1

(Modelo em: Anexo III b, pag.103)

No início da acção, primeira sessão (Março 2004).

1. Já alguma vez abordou a problemática da Segurança e Higiene do Trabalho na sua Escola?

Não	7	Sim	8
	47%		53%

Se respondeu afirmativamente à questão anterior, por favor especifique com quem foi abordada a problemática da Segurança e Higiene do Trabalho na sua Escola:

Com alunos	6
Com colegas Professores	4
Com outros	2*

* Pais e encarregados de educação; instituição Particular de Solidariedade Social

2. Seria capaz de tratar esta problemática (SHST) com os seus alunos?

Não	3	Sim	12
	20%		80%

3. Esta temática tem ou não tem nada a ver com a sua área do saber*?

(* _____)

Não	3	20%	* Português/Francês; História; Geografia
Sim	9	60%	* Pré-escolar; 1º Ciclo; Línguas e Literat. Moderna; Ciência Naturais; Ed. Fís.;
n.r.	3	20%	* Matemática

4. Só deve ser tratada por outros professores, de preferência especialistas.

Não	14	Sim	1
	93%		7%

5. A “disciplina” de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho deve ser pensada e introduzida nos *curricula escolares* já no ensino básico.

Não	2	Sim	13
	13%		87%

6. "As leis são para se cumprirem". Conhece algum decreto ou portaria que se refira às condições de SHST nas escolas?

Não	10	Sim	5
	67%		33%

7. Sente-se com capacidade para assumir responsabilidades na área a segurança e saúde laborais na sua escola?

Não	11	Sim	4
	73%		27%

8. Considera o ambiente Escola perigoso?

Não	5	Sim	10
	33%		67%

9. Identifica perigos ou situações de risco na sua Escola?

Não	7	Sim	7
n.r.	1		

Se sim, especifique quais:

- Pátios de recreio (3)
- Laboratórios (3)
- Aquecimento a gás (2)
- Cantina
- Saídas de emergência
- Combustíveis
- Recintos desportivos
- Tabelas e balizas
- Proximidade de estrada
- Fácil acesso do exterior

10. A Segurança, Higiene e Saúde Laboral na Escola trata de:

Doenças contagiosas dos alunos, professores e outros agentes da acção educativa
Hábitos de higiene pessoal dos alunos
Ementas da cantina e bar, balneários e outras instalações sanitárias
Salubridade ambiental, comportamentos e riscos de acidentes no meio escolar

1	7%
14	93%

Nota: A grande maioria (93%) dos formandos tem noção correcta sobre SHSTE

11. Esta problemática deve ser preocupação/responsabilidade de:

Delegado de saúde e bombeiros		
Delegado de saúde e polícia		
Todos os "actores" do universo escola	15	100%
Técnico de segurança e saúde		
Direcção do Agrupamento e Câmara Municipal		

Nota do autor: A totalidade dos inquiridos assume-se como interveniente responsável.

12. Nas escolas ou agrupamentos deverá haver um técnico Superior de segurança e Higiene Laboral que actue de forma a garantir o cumprimento das leis vigentes.

Não		Sim	8	Talvez	7
			53%		47%

13. Porque se inscreveu nesta acção de formação?

- Melhorar conhecimentos (5)
- Área relevante. Pouca informação (3)
- Créditos para progressão na carreira (1)
- Curiosidade (1)
- Vontade de aprender (1)
- Necessidade de saber do tema (1)
- P/ abordar o tema com os alunos (Laboratórios) (1)
- Saber actuar quando necessário (1)
- Enriquecimento pessoal e profissional (1)

14. O que pensa obter com a sua frequência? (que objectivos estabeleceu?)

- Saber mais, melhorar função pessoal e profissional (13)
- Poder aplicar na prática (5)
- Saber fazer o PSS da Escola (1)
- Ficar mais alerta para a problemática (1)
- Melhorar formação que já possui (1)
- N.r. (1)

Inquérito 2 (Curso 2)

(Modelo em: Anexo III b, pag.105)

No final da acção, última sessão (Junho 2004).

1. Comparando o antes e o depois do curso que acaba de frequentar, como se sente quanto a:

- 2.1. Sensibilização/informação/formação

Na mesma	-	-
Melhor	10	67%
Muito melhor	5	33%

- 2.2. Compreensão dos fenómenos, identificação de riscos e como preveni-los

Na mesma	-	-
Melhor	9	60%
Muito melhor	6	40%

- 2.3. Como intervir e promover “A Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais a partir da Escola”

Na mesma	-	-
Melhor	11	73%
Muito melhor	4	27%

- 2.4. Ser capaz de contribuir para uma escola mais segura

Na mesma	-	-
Melhor	11	73%
Muito melhor	4	27%

2.5. Mais informada e segura e motivada para continuar a construção do PSSE e Manual de SSE da sua escola.

Na mesma	-	-
Melhor	13	87%
Muito melhor	2	13%

Comentário (s):

- Sem dúvida que quando olho para as coisas já olho de forma diferente e tento aplicar os conhecimentos adquiridos o que me dá outra motivação
- Foi uma acção que muito me motivou e pela qual senti muito interesse, dispondo para ela todo o tempo que foi necessário
- Motivado mas por vezes com pouco tempo, pela carga horária escolar
- Sinto-me mais sensibilizada para compreender e identificar riscos, bem como preveni-los
- A motivação para a construção dos documentos supra citados é tanto maior quanto maior for a informação de que dispomos. Dispondo de informação relevante avançaremos com mais segurança e motivação
- Sinto-me mais informada e com competências para elaborar o PSSE e o Manual
- Porque neste momento tenho a consciência mais clara sobre algumas diligencias que posso efectuar
- Nunca me senti tentada a faltar às sessões
- A sensibilização para este tema foi aprofundada, tanto na vertente de professor como na de usuário
- Só com o tempo poderei testar as minhas novas aprendizagens. Contudo, estou muito mais sensibilizada e preparada para intervir
- É obvio que após esta formação fiquei mais sensibilizada para o tema da mesma, apesar deste não me ser particularmente querido, dado a minha formação ser da área das letras
-

3. Como classifica a descentralização das sessões, isto é, o terem acontecido em cada uma das escolas do Agrupamento?

Sem interesse	-	-
Algum interesse	-	-
Muito interesse	5	33%
Fundamental	10	67%

Comentário (s):

- 3.1.1. Alertou-me para pormenores que não existem no nosso edifício e para problemas diários de que nunca me apercebi
- 3.1.2. Permitiu-me contactar com outros problemas que não são os da minha escola e isso são experiências positivas e fundamentais
- 3.1.3. Identificaram-se melhor as situações de risco pois era mais gente a identificá-las. Para mim, havia situações de risco que via todos os dias e eram desconhecidas
- 3.1.4. Este método de trabalho consentiu uma percepção mais alargada dos vários tipos de risco que podemos encontrar nas diversas escolas
- 3.1.5. De outra forma não seria possível a avaliação das condições de segurança com a heterogeneidade de riscos detectados para posterior compilação e correcção
- 3.1.6. A descentralização foi muito importante para identificação de riscos e respectiva prevenção nas diferentes escolas do agrupamento. Assim, poderá haver um trabalho (futuro) uniforme
- 3.1.7. Permitiu-nos conhecer as outras realidades das escolas que compõem o agrupamento, analisar diferenças existentes entre escolas de nível de ensino diferente, avaliar se os problemas existentes são ou não comuns a estes edifícios
- 3.1.8. Foi proveitosa a descentralização das sessões porque deu oportunidade aos participantes de conhecerem as (outras) escolas e respectivos riscos
- 3.1.9. Porque existem diferenças entre as escolas, com problemas relacionados com os alunos próprios, com as estruturas físicas, ...
- 3.1.10. Duvido que consigamos atingir os objectivos que nos propomos (PSSE e Manual)

- 3.1.11. A descentralização permitiu conhecer realidades diferentes com o respectivo enriquecimento pessoal
- 3.1.12. Foi muito interessante e proveitoso para os professores conhecer os diversos riscos que as suas escolas comportam. Depois desta acção sinto-me mais sensibilizada para estes problemas
- 3.1.13. Cada escola é uma realidade diferente.
- 3.1.14. Considero esta descentralização fundamental quer pela motivação quer pelas experiências

4. Como sentiu a presença de “terceiros” em algumas das sessões:

4.1. Cte. Cândido Carvalho (Bombeiros Voluntários de VC)

Sem interesse	-	-
Algum interesse	2	13%
Muito interesse	11	74%
Não responde	2*	13%

* Ausentes, na sessão

4.2. Dr.^a Margarida Silva, directora do novo Serviço de SHST da Câmara Municipal de VC (responsável pelas escolas do Agrupamento)

Sem interesse	1	7%
Algum interesse	6	40%
Muito interesse	8	53%

4.3. Dr. Manuel Afonso, Delegado de Saúde de VC (e a sua equipa de Saúde Pública)

Sem interesse	1	7%
Algum interesse	4	27%
Muito interesse	8	53%
n.r.	2*	13%

* Ausentes, na sessão

Comentários:

- Acho que todos eles nos trouxeram algo de positivo, sendo de louvar a disponibilidade demonstrada pelos intervenientes
- A presença de “terceiros” foi interessante embora pense que uma ou duas sessões de “primeiros socorros” ajudaria a enriquecer esta acção
- A presença do Cte dos Bombeiros foi importante ao proporcionar uma visão técnica das instalações e o uso adequado dos extintores
- A presença do Cte dos Bombeiros despertou-me mais interesse porque sempre senti o fogo como “a ameaça mais real” de todos os temas tratados
- As intervenções foram “curtas” (não participei na do Cte)
- Tivemos a percepção de que existem outras instituições/organismos que podem trabalhar com a escola e apoiá-la e que se mostram disponíveis para o fazer (antes não tinha consciência desta realidade)
- Estes contribuíram para o enriquecimento da acção
- Proporcionou-se deste modo o abrir de novas portas/contactos à comunidade escolar; permitiu-se, desta forma, com o conhecimento dos “nossos” problemas/riscos, uma partilha dos mesmos com entidades que estão “no terreno”
- As presenças destes “terceiros” nas acções foram muito úteis pois percebi que não são só os professores os interessados e preocupados com as dificuldades mas que aqueles também o são e nos apoiam
- Trabalha-se melhor em equipa. As informações e conhecimentos de outros são benéficos, se os quisermos aproveitar
- Foram interessantes, principalmente a do Cte porque tratou questões mais relacionadas com o nosso edifício (minha envolvente)

5. Para além do primeiro objectivo, *proporcionar informação e desenvolver competências para a elaboração e desenvolvimento do PSS (e manual) da escola respectiva*, havia um segundo, tão ou mais importante: *“Contribuir para a Cultura da Prevenção de Riscos Laborais a partir da Escola”*.

Sente que esta acção
intermédio, vai continuar a

N	-	-
S	15	100%

contribuiu e que, agora por seu
contribuir?

Comentários:

- É obvio que doravante me sinto mais preparado para abordar estas questões, que até à presente acção me eram quase desconhecidas
- O que estiver ao meu alcance será revisto e porventura melhorado, caso contrário não teria valido a pena a acção. Para a maioria das situações ficará o alerta para quem tenha competência para resolver
- Senti que estava a aprender coisas que não imaginava pudesse aprender nesta acção
- Poderei transmitir aos meus alunos o que aprendi além de poder contribuir para a construção e desenvolvimento do PSSE
- Existe uma consciência mais viva sobre os riscos e o modo de os prevenir, diria mesmo, um olhar para a realidade envolvente com “olho clínico” para a detecção de irregularidades e possível prevenção de situações problema
- Sinto que tenho outro tipo de abertura para o tema em causa. Sensibilizou-me para debater esta temática com os alunos. O meu trabalho de grupo teve como apoio sugestões dadas pelos alunos (2)
- Julgo que todos, de uma forma geral, ficaram sensibilizados para questões a que anteriormente não atribuíam a mínima importância; foi a consciencialização de um grupo para situações que se nos deparavam diariamente na comunidade escolar
- Sinto-me mais segura e informada. Reconheço riscos que não imaginava
- Sem dúvida, pois se até aqui o facto de trabalhar com crianças bastante pequenas exigia de mim cuidados, agora sinto-me com mais capacidade para detectar e prevenir possíveis acidentes e incidentes
- Sim, visto que existe sempre a possibilidade de fazer “o transfer” para locais fora da escola (passatempos ou domicílio)
- Com esta formação sinto-me mais à vontade para desenvolver o segundo objectivo que o primeiro: as aulas de laboratório são propícias à aplicação destes conhecimentos e as aulas de Projecto Interdisciplinar permite desenvolver projectos nesta área

6. Acções sobre esta temática devem continuar a ser oferecidas pelo Centro de Formação Contínua de Professores?

S	15	100%
N	-	-

7. Sugestões ou comentários e/ou correcções de procedimentos ou conteúdos (para melhorar futuras acções)

- Desenvolver um trabalho mais prático, eventualmente em grupo, durante as sessões (4)
- Solicitar ao CFoCo o empenho em proporcionar acções de formação semelhantes
- Sessões sobre “Primeiros Socorros” e “Como lidar com o Pânico” e “Como fazer passar a mensagem (da SHST) aos alunos”
- Esta acção deveria ser em Setembro para uma melhor organização das escolas (e agrupamentos) porque o corpo docente (maioria) não é fixo
- Alguns sub temas foram mais aprofundados do que o necessário para a elaboração do PSSE
- Continuando atentos a este tema iremos aprofundar mais e enriquecer os nossos conhecimentos assim como manter-nos-emos actualizados ao longo da nossa vida profissional
- No tempo disponível, esta acção de formação percorreu campos interessantes quer pela informação quer pela prática quer ainda pelos contactos com outros intervenientes para além de professores e colegas. Foi frutuosa e penso ter colhido alguns frutos
- A acção deveria ser desdobrada. Continha muita informação que deveria ser transmitida com mais “calma” (e mais simplificada) para melhor aprendizagem

Inquérito a professores de Inglês

(Modelo em: Anexo III b, pag.107)

Início do ano lectivo (Setembro 2004)

(15 inquéritos respondidos; totalidade dos professores presentes na primeira reunião do 9º Grupo da ESM)

“A Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais a partir da Escola”

(BM)

Os novos programas da “Reforma do Secundário” da sua área disciplinar (Inglês) propõem ou sugerem a *SHST (Segurança Higiene e Saúde no Trabalho)* como tema a ser tratado com os alunos.

(?) O que sabe sobre:

- Directivas Comunitárias ou Legislação existente sobre o tema?

Nada	1	6,7%
Algo	13	86,6%
Bastante	1	6,7%

- Sinistralidade Laboral em Portugal e na UE?

Nada	1	6,7%
Algo	13	86,6%
Bastante	1	6,7%

- Abandono Escolar e incidência da Sinistralidade Laboral nos mais jovens?

Nada	1	6,7%
Algo	11	73,3%
Bastante	3	20%

(?) Conhece os conceitos de:

Perigo, Risco, Situação Perigosa, Incidente, Acidente, Segurança (*Safety*) (prevenção dos acidentes), Higiene Laboral (prevenção das doenças profissionais), Saúde (bem-estar físico e mental) e Procedimentos Preventivos?

Nenhum	-	-
Algum	10	67%
Bastantes	5	33%

Na sua opinião, seria interessante aparecer uma “acção de formação” promovida, por exemplo, pelo CFoCo VC (Centro de Formação Contínua de Viana do Castelo), de curta duração (três ou quatro sessões de 3 h), sobre *a problemática em causa* que ajudasse na busca das (boas) respostas às questões antes apresentadas?

Sim	11	73%
Talvez	4	27%
Não	-	-

Procuraria frequentar essa acção?

Sim	5	34%
Talvez	8	53%
Não	2	13%

Comentários:

- Na cauda da Europa em tudo e com uma lacuna evidente na cultura do tipo de prevenção aqui assinalado, qualquer procedimento que “reme contra a maré” é louvável

ESM -Viana do Castelo, 14 de Julho de 2004

(nome, facultativo)_____

Comentários do autor:

- Com suporte no inquérito, parece que a generalidade dos professores de Inglês tem já sensibilidade e alguma informação sobre a SHST, ainda que não suficiente para enfrentar “as obrigações curriculares”.
- Dois dos inquiridos haviam frequentado o *Curso 1*.
- Parece também haver predisposição (não entusiástica) para a frequência de alguma acção de formação adequada.
- Regista-se que apenas um dos inquiridos “se deu ao trabalho” de fazer um comentário.
- É também “característico” o facto de os inquiridos (todos) terem preferido o anonimato.

6.2. Outras acções de formação

Formação para Auxiliares da Acção Educativa

No decorrer do curso 2 para professores (Maio de 2004), o CFoCo solicitou ao autor a formatação de um curso de formação (50 horas) para *Auxiliares da Acção Educativa*, o que foi concretizado, aguardando esta proposta a homologação pelo conselho pedagógico respectivo.

Esta solicitação surge pela percepção, por parte de alguns Conselhos Executivos de escolas, da importância de terem estes outros *agentes activos sensibilizados/informados/formados* para esta problemática.

A proposta, com objectivos, conteúdos programáticos e metodologia consta em *anexo (ver anexo IIIa, pag.s 94-99)*.

Formação inicial para Assistentes da Acção Educativa

A 5 de Agosto de 2004 o CFoCo faz nova solicitação, agora para a formatação de “unidade de 10 h” para integrar *formação inicial* para os candidatos à nova

carreira de *Assistentes da Acção Educativa* agora criada pelo DL 184/2004 de 29 Julho – que “*estabelece o estatuto específico do pessoal técnico-profissional, administrativo e de apoio educativo dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designado por pessoal não docente*”. Reagiu, assim, rapidamente e passou a tomar a iniciativa (era prática aguardar o pedido das acções de formação e só depois as promover).

Para melhor entendimento segue-se extracto do referido Decreto-Lei e a proposta dos conteúdos a integrar na referida acção de formação.

<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</p> <p>Decreto-Lei n.º 184/2004</p> <p>de 29 de Julho</p> <p>O presente diploma estabelece o estatuto específico do pessoal técnico-profissional, administrativo e de apoio educativo dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designado por pessoal não docente.</p>	<p>B — Formação inicial para assistentes de acção educativa</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Conteúdos programáticos</th><th>Carga horária</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A — Comunicação e relações interpessoais</td><td>42</td></tr> <tr> <td>1) Língua e cultura portuguesa.</td><td></td></tr> <tr> <td>2) Princípios e processos da comunicação interpessoal.</td><td></td></tr> <tr> <td>3) Gestão de conflitos.</td><td></td></tr> <tr> <td>B — Formação educacional. Apoio pedagógico</td><td>42</td></tr> <tr> <td>1) Desenvolvimento psicológico da criança e do jovem.</td><td></td></tr> <tr> <td>2) Acção educativa — aspectos pedagógicos.</td><td></td></tr> <tr> <td>3) Cultura da participação e da cooperação.</td><td></td></tr> <tr> <td>C — Sistema educativo</td><td>21</td></tr> <tr> <td>1) Organização e administração escolar.</td><td></td></tr> <tr> <td>2) Qualidade do serviço público de educação.</td><td></td></tr> <tr> <td>3) Direitos e deveres dos funcionários.</td><td></td></tr> <tr> <td>D — Escola promotora de saúde</td><td>38</td></tr> <tr> <td>1) Higiene, segurança e prevenção.</td><td></td></tr> <tr> <td>2) Socorrismo.</td><td></td></tr> <tr> <td>3) Educação alimentar.</td><td></td></tr> <tr> <td>E — Tecnologias da informação e comunicação</td><td>37</td></tr> <tr> <td>1) Processamento de texto e folha de cálculo.</td><td></td></tr> <tr> <td>2) Internet.</td><td></td></tr> <tr> <td>3) Correio electrónico.</td><td></td></tr> </tbody> </table>	Conteúdos programáticos	Carga horária	A — Comunicação e relações interpessoais	42	1) Língua e cultura portuguesa.		2) Princípios e processos da comunicação interpessoal.		3) Gestão de conflitos.		B — Formação educacional. Apoio pedagógico	42	1) Desenvolvimento psicológico da criança e do jovem.		2) Acção educativa — aspectos pedagógicos.		3) Cultura da participação e da cooperação.		C — Sistema educativo	21	1) Organização e administração escolar.		2) Qualidade do serviço público de educação.		3) Direitos e deveres dos funcionários.		D — Escola promotora de saúde	38	1) Higiene, segurança e prevenção.		2) Socorrismo.		3) Educação alimentar.		E — Tecnologias da informação e comunicação	37	1) Processamento de texto e folha de cálculo.		2) Internet.		3) Correio electrónico.	
Conteúdos programáticos	Carga horária																																										
A — Comunicação e relações interpessoais	42																																										
1) Língua e cultura portuguesa.																																											
2) Princípios e processos da comunicação interpessoal.																																											
3) Gestão de conflitos.																																											
B — Formação educacional. Apoio pedagógico	42																																										
1) Desenvolvimento psicológico da criança e do jovem.																																											
2) Acção educativa — aspectos pedagógicos.																																											
3) Cultura da participação e da cooperação.																																											
C — Sistema educativo	21																																										
1) Organização e administração escolar.																																											
2) Qualidade do serviço público de educação.																																											
3) Direitos e deveres dos funcionários.																																											
D — Escola promotora de saúde	38																																										
1) Higiene, segurança e prevenção.																																											
2) Socorrismo.																																											
3) Educação alimentar.																																											
E — Tecnologias da informação e comunicação	37																																										
1) Processamento de texto e folha de cálculo.																																											
2) Internet.																																											
3) Correio electrónico.																																											
<p>Artigo 13.º</p> <p>Carreira de assistente de acção educativa</p> <p>1 — A carreira de assistente de acção educativa desenvolve-se por dois níveis, aos quais correspondem diferentes escalões e índices remuneratórios.</p> <p>2 — O recrutamento para a carreira de assistente de acção educativa faz-se para o nível 1 de entre funcionários pertencentes a carreiras de pessoal não docente que possuam o 12.º ano de escolaridade ou equivalente e tenham, pelo menos, seis anos de serviço prestado nestas carreiras com classificação não inferior a <i>Bom</i>.</p> <p>3 — O provimento definitivo na carreira de assistente de acção educativa faz-se após período probatório de um ano, o qual integra a formação inicial prevista no anexo IV ao presente diploma.</p> <p>4 — A falta de aproveitamento na formação inicial referida no número anterior implica a cessação da comissão de serviço e o</p>	<p>C — Formação para mudança de nível na carreira de auxiliar de acção educativa</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Conteúdos programáticos</th><th>Carga horária</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A — Formação educacional. Apoio pedagógico</td><td>42</td></tr> <tr> <td>1) Desenvolvimento psicológico da criança e do jovem.</td><td></td></tr> <tr> <td>2) Acção educativa — aspectos pedagógicos.</td><td></td></tr> <tr> <td>3) Cultura da participação e da cooperação.</td><td></td></tr> <tr> <td>B — Escola promotora de saúde</td><td>38</td></tr> <tr> <td>1) Higiene, segurança e prevenção.</td><td></td></tr> <tr> <td>2) Socorrismo.</td><td></td></tr> <tr> <td>3) Educação alimentar.</td><td></td></tr> </tbody> </table>	Conteúdos programáticos	Carga horária	A — Formação educacional. Apoio pedagógico	42	1) Desenvolvimento psicológico da criança e do jovem.		2) Acção educativa — aspectos pedagógicos.		3) Cultura da participação e da cooperação.		B — Escola promotora de saúde	38	1) Higiene, segurança e prevenção.		2) Socorrismo.		3) Educação alimentar.																									
Conteúdos programáticos	Carga horária																																										
A — Formação educacional. Apoio pedagógico	42																																										
1) Desenvolvimento psicológico da criança e do jovem.																																											
2) Acção educativa — aspectos pedagógicos.																																											
3) Cultura da participação e da cooperação.																																											
B — Escola promotora de saúde	38																																										
1) Higiene, segurança e prevenção.																																											
2) Socorrismo.																																											
3) Educação alimentar.																																											

Proposta dos conteúdos a integrar a “construção” da unidade:

- Segurança Higiene e Prevenção (10 h = 5x2 h)

- ❖ (Integrada no módulo D - Escola promotora da saúde, onde constam também Socorrismo e Educação Alimentar)
- ❖ Conforme DL 184/2004 de 29 de Julho, *Formação Inicial para Assistentes da Acção Educativa*

Conteúdos a tratar:

1. Conceitos fundamentais de Segurança, Higiene Laboral e Prevenção de Riscos (na Escola)
2. Agentes agressores e factores de risco (físicos, químicos, biológicos, ergonómicos, ...) e procedimentos preventivos
3. Riscos especiais: incêndio; eléctricos;... (prevenção e combate)
4. Documentos de apoio e suporte à “gestão da prevenção”:
 - a. Manual de SSTE
 - b. Plano de SSTE e Plano de Emergência/Evacuação
 - c. Fichas de registo de incidentes e acidentes (p/ subsequente tratamento estatístico)
 - d. Guias ou fichas de procedimentos de segurança específicos (equipamentos, máquinas, ...)
5. Identificação e análise dos principais riscos na escola e medidas preventivas, com elaboração de relatório (sessão prática, percorrendo os diferentes espaços funcionais da escola onde seja ministrada a formação)

7. Comentários finais, conclusões e trabalhos futuros

Após o desenvolvimento do trabalho apresentado até aqui, resta espaço para alguns comentários integradores ou referência a algo que, sendo relevante, não tenha tido cabimento ou tratamento suficiente nos capítulos precedentes. Seguir-se-ão as *Conclusões* que serão apresentadas sob a forma de propostas para acção futura no sentido da implantação da *Cultura de Prevenção* ..., realçando-se o que fica em aberto para novos trabalhos.

7.1. Comentários finais

A legislação de SHST

A lentidão “pantanosa” do desenvolvimento do quadro legislativo nacional sobre a SHST (Função Estado)

- Recordemos o que se passou nos últimos quinze anos acerca da SHST:

- Directiva 89/391-CEE (Directiva Quadro da SHST)



- | | | |
|---------------------|--------|--------------------------|
| • DL 441/91 | 2 anos | ----- |
| • DL 26/94 | 3 anos | ⇓ |
| • DL 109 e 110/2000 | 6 anos | |
| • DL 29/2002 | 2 anos | <u>11 anos !!</u> |

- Vejamos o que dizia em 91 (e ainda diz!) a “Lei de Bases da SHST”, no seu art.º 16º:

Decreto-Lei n.º 441/91

de 14 de Novembro

Artigo 16.º

**Educação, formação e informação para a segurança,
higiene e saúde no trabalho**

1 — A integração dos conteúdos de segurança, higiene e saúde no trabalho nos currículos escolares deve ser prosseguida nos vários níveis de ensino, tendo em vista uma cultura de prevenção no quadro geral do sistema educativo e a prevenção dos riscos profissionais como preparação para a vida activa.

Treze anos passados, que cumprimento?

- É curioso o início do segundo parágrafo do DL 29/2002, “legalizando” a ilegalidade (a seguir).
- Este DL facultava mais dois anos (art.º 9º) (com apoios financeiros) para o “arrumar da casa”, prazo esse que já expirou.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Decreto-Lei n.º 29/2002

de 14 de Fevereiro

O regime jurídico dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho das empresas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro, e, posteriormente, desenvolvido pelo Decreto-Lei n.º 26/94, de 1 de Fevereiro. Através destes diplomas estabeleceu-se a obrigação generalizada de as empresas assegurarem o desenvolvimento de serviços de prevenção contra riscos profissionais, ora organizando serviços internos ora recorrendo a serviços de empresas especializadas. Mesmo neste último caso, as novas determinações legais impunham um esforço de organização ao nível da empresa a fim de concretizar as medidas determinadas pela empresa de serviços externos.

Uma década volvida, constata-se que o grau de execução e cumprimento das obrigações decorrentes dos referidos diplomas fica aquém daquilo que é exigido pelas preocupações públicas com a segurança e saúde dos trabalhadores no desenvolvimento do seu trabalho. O Decreto-Lei n.º 26/94, de 1 de Fevereiro, foi revisto, sucessivamente, pelas Leis n.ºs 7/95, de 29 de Março,

Artigo 9.º

Limite temporal

O prazo de adaptação sectorial definido nos contratos quadro não pode exceder dois anos.

- **Legislação “não cumprível” ou ... para não cumprir?**

Temos uma tendência natural para transformar legislação não cumprível em legislação para não cumprir.

Isto é cultural!

Como em outros sectores (vêm-me à mente, os *acordos ambientais*), também neste, faltou a pedagogia necessária e suficiente para estimular a rápida correcção de condições para o cumprimento da legislação vigente. É preciso que o Estado (que somos todos nós) se empenhe nesta campanha de exigência permanente de *melhoria contínua* que a adesão ao “Clube Europa” nos impõe.

Mais uma vez, a esperança reside nos mais novos.

Parafraseando *Charles Chick Govin*:

É mais fácil construir um menino do que consertar um homem.

Ou, como dizia *Pitágoras*:

Educai as crianças e não será preciso castigar os homens.

Os Livros

Os livros ainda são, geralmente, bons suportes informativos e de apoio didáctico. Não abundam no nosso mercado publicações a *pensar na escola*.

Durante a investigação foram aparecendo alguns desses documentos que se apresentam (capa e índice de conteúdos) em *anexos* (*ver anexo Xb, pag.s 187-197*). Foram editados para fins específicos e difundidos de forma limitada. São documentos a ter em conta como “fonte de inspiração”.

Em Espanha, aqui ao lado, encontramos duas publicações destinadas a professores: uma para os do ensino secundário que trata de forma transversal e interessante a *Segurança e Higiene no Trabalho e na Escola*; a outra, para professores do básico encontra-se esgotada, esperando reedição, pelo que não houve (ainda) possibilidade de a apreciar (*ver anexo Xb, pag. 168*).

Para apoio ao desenvolvimento dos cursos para professores já se encontrou bibliografia abundante onde pontificam:

- as colectâneas do IDICT: Divulgação – Formação – Informação, com mais de trinta títulos disponíveis sobre múltiplas temáticas,
- o incontornável *Manual de Higiene e Segurança do Trabalho* de A. Sérgio Miguel (Porto Editora),
- a *Segurança Integrada* de Carlos G. Oliveira e Carlos M. Macedo (Companhia de Seguros Bonança)
- e o *Guia Prático de H,S,S e Prevenção de acidentes de Trabalho* da Verlag Dashöfer.

Outras referências serão encontradas no Capítulo 8. *Bibliografia e sítios na Internet*.

Os serviços do ME, a SHST e as Escolas

- Na Escola (ME), a preocupação com a SHST surge com tónica nos incêndios e pouco mais;
- Não há articulação conveniente (salvo honrosas iniciativas locais) com outros serviços como, por exemplo, os Serviços de Saúde que têm programa específico para as escolas (Saúde Escolar), com auditorias periódicas aos estabelecimentos de ensino e articulando, no relativo à EB, com os municípios que tutelam este nível de ensino/educação.
- Os despachos das DRE exigindo às escolas procedimentos para que não estão preparadas e sem prazo útil suficiente para se prepararem, desencadeou reacções pouco recomendáveis como a de “encomenda fora” de Planos de Prevenção e Segurança das Escolas ou de Emergência, por Conselhos Executivos escolares, apenas para cumprirem a formalidade e a “exigência” do ofício da hierarquia; serão, quando assim, documentos mortos, sem qualquer eficácia a apodrecer em gaveta de secretária!

O ME, a missão de educar as novas gerações e o IDICT

À semelhança daquele trabalhador que achava que a segurança do seu posto de trabalho não tinha nada a ver consigo mas apenas com o “*chefe da segurança*”, também o ME parece não ter interiorizado esta sua responsabilidade. “Isso” da SHST ainda é com o IDICT, essa entidade é que tem que tomar as iniciativas e o ME “fazer o favor” de ser parceiro.

Há, no entanto, sinais de mudança. É necessário acelerar o processo e assumir o espírito da lei de bases (artº s 8º e 9º - obrigações do empregador); também no que concerne à educação das novas gerações é ao ME que compete assumir a responsabilidade e liderança de qualquer processo.

É nossa convicção que:

Na “esfera de competências” do ME (pré-primário, básico e secundário) há necessidade de o próprio Ministério assumir esta problemática como está no “espírito” da Directiva Quadro e da legislação nacional consequente e em vigor, isto é, a partir do topo da hierarquia. Protocolos com o IDICT (em extinção) ou com o futuro *Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (ISHST)* deverão ser liderados pelo ME, com a necessária assessoria desta instituição especializada.

O protocolo agora em vigor, deixa de fora serviços (ou funções) tão importantes como os que tutelam as *construções escolares* ou os *recursos humanos* (docentes, não docentes e alunos).

Os primeiros, muito carentes de “*sentido das leis e das normas em vigor*” e os segundos precisando de descobrir a importância da “*estatística da sinistralidade na escola*” com “ferramenta” para *avaliação de situações de risco e de apoio à decisão (de intervenção)*.

Relativamente às *construções escolares* podem apontar-se vários exemplos que ilustram esta preocupação, tais como os documentos fotográficos apresentados em anexo (escolas recentes, com menos de cinco anos, com defeitos de concepção) (*ver anexo VIII, pag.s 130-133*)

É necessário, junto desta “*função*” fazer sentir a necessidade do cumprimento de:

1. Legislação vigente sobre SHST
2. O cumprimento do DL 123/97 (acessibilidades)
3. Identificação de situações de risco nos: recreios, cozinhas e refeitórios, vias de evacuação em emergência e localizar convenientemente a sinalética de segurança, tudo na fase de projecto.

IDICT – PNE SST

Os trabalhos escolares produzidos no âmbito deste programa merecem atenção especial. Do que observei, em dois seminários de apresentação de *trabalhos e actividade de "segurança" das escola envolvidas*, e em outros trabalhos facultados pela coordenadora distrital (VC) do PNE SST, sinto que há necessidade de:

- Selecção criteriosamente dos trabalhos (rigor científico e qualidade pedagógica/didáctica)
- Divulgação profusa dos trabalhos

Os *meios necessários* serão, no âmbito do ME, júris regionais e algum suporta financeiro para "expediente". Mas, a Internet e os CDrom ou DVDs são hoje meios facilmente acessíveis e pouco dispendiosos.

Estas acções de iniciativa externa, com o envolvimento de professores sem formação prévia suficiente, apresentam resultados deficientes ou pouco eficientes.

Autarquias

É de referir que, em Viana do Castelo e a "alastrar" à Comunidade Urbana Valimar, existe já um Serviço Municipal de SHST que cobre a rede de escolas da educação básica, competência autárquica. É um bom exemplo que se deseja ver multiplicado e com quem as escolas devem articular o uso de competências e valências.

Ensino Superior

A nível do ensino superior, constatou-se que a autonomia das escolas é mesmo ...autonomia! (ou autismo?). No mesmo IPVC encontra-se uma escola “aculturada” para a SST, que “vende serviços” de qualidade desde há dois anos (PG em SHT), enquanto as outras quatro pouco (umas) ou nenhuma (outras) importância atribuem à problemática da prevenção de riscos laborais, quer em termos de *curricula* lectivos quer no cumprimento dos preceitos legais, em termos de ambiente laboral.

Os contactos promovidos no desenvolvimento deste trabalho (entrevistas), tiveram o condão de fazer despertar os responsáveis para a necessidade de reflectir/agir sobre este tema.

Fazemos votos para que, outras preocupações “mais urgentes” não venham a sobrepor-se, fazendo esquecer as vontades manifestadas.

Ensino Secundário; Educação Básica

Os programas do secundário já vão propondo o tema de forma “integrada e transversal”.

Relativamente à Educação Básica, fica a preocupação de a ESE, escola dos futuros professores deste primeiro nível de ensino, não estar ainda suficientemente sensibilizada para esta temática.

Porque alertada, prepara agora os primeiros passos, anunciando (Março 2004), no âmbito da formação contínua de professores, uma acção sobre SHST, mas com publicitação deficiente e por isso ineficaz.

Considerando o ainda elevado abandono escolar durante e no final do ensino básico (saída precoce), associando a inexorável análise estatística da sinistralidade que aponta os mais novos como alvos de maior incidência, parece curial prestar atenção à EB, aproveitando outras experiências já em curso (Brasil, UE, ...).

O contacto próximo com este nível de ensino, quando do desenvolvimento do *Curso2*, fez perceber a necessidade da introdução atempada nos conteúdos escolares desta temática da SST.

Notas:

1. Há intenção paralela da “Saúde” de implantar formação em socorrismo ao longo dos primeiros nove anos do ensino obrigatório. Objectivo: que qualquer cidadão seja capaz de socorrer outro “em crise” em qualquer circunstância em que se encontrem. (objectivo já cumprido em países da Europa do norte, onde, entre outras, o *socorrismo* e o *saber nadar* fazem parte das competências adquiridas nos primeiros anos da escola)

Ensino Profissional (ETAP e EPRAMI)

O Ensino Profissional trata já de forma suficiente a problemática da SST pelo que não foi motivo de preocupação especial neste trabalho.

A formação contínua de professores (e outros AAE)

O reordenamento da rede escolar, com a reforma do secundário, e o aparecimento dos cursos profissionais nas escolas secundárias apanhou desprevenidos os professores que encontram nos *curricula* a SHST, sem saberem muito bem como tratá-la. Acontece o mesmo em alguns outros programas “transversais” (línguas estrangeiras, por exemplo).

O CFoCo VC tem disponibilizado formação na área da SHST (para Professores, Conselhos Executivos e Auxiliares da Acção Educativa) mas “não tem tradição” no “marketing” das acções que promove nem sensibiliza para a necessidade da “*Cultura da Prevenção de Riscos Laborais a partir da Escola*”.

Estatísticas de Sinistralidade Escolar

O tratamento estatístico da sinistralidade (alunos, docentes e não docentes, incidentes inclusive) como ferramenta de apoio à decisão não existe nas escolas. O que existe não é consequente. Há apenas registos não tratados.

A estatística é um suporte importante da análise de riscos permitindo, de forma rápida, “sentir o ambiente de sinistralidade” ajudando na identificação de perigos e facilitando a decisão para o estabelecimento de prioridades no controlo das diferentes situações de risco.

Os índices: de frequência, de incidência e de gravidade poderão, com o tratamento dos dados que habitualmente se recolhem quando dos acidentes escolares, ser facilmente determinados e utilizados como *ferramentas para a decisão*, num processo de melhoria contínua (redução) da sinistralidade em ambiente escolar, a usar a nível de cada escola, a nível regional e a nível nacional.

A “*inspiração*” espanhola

Acontecimento fortuito, pesquisa errática na Internet sobre a problemática em estudo, proporcionou o encontrar “trabalho “ espanhol sobre formação básica em SHST com “matriz” semelhante à que eu havia usado na formatação do *Curso 1* para professores. Achei interessante a coincidência. Alguns dias depois nova descoberta (também espanhola) com idêntico formato suscitou a curiosidade de perceber se havia algo mais do que coincidência.

Recordando que as Directivas Comunitárias se repercutem em todos os membros da UE, procurei a “lei de bases espanhola” (Ley 35/95 de 8 de Novembro) e também o Real Decreto 39/97 de 17 de Janeiro, que estabelece o regulamento da organização e do funcionamento das actividades de SHST (correspondente ao nosso DL 26/94), tendo encontrado neste, com surpresa, a explicação para a “coincidência”: Este RD apresenta propostas para os planos de formação dos *técnicos de segurança* (dois níveis) mais um de *formação básica em SHST*. Esta era a “matriz” dos referidos trabalhos e, por conseguinte, coincidente com o “meu modelo”. *(ver anexo Xb, pag.s 165-167)*

Controlo do processo em curso

Seria difícil apresentar indicadores sólidos, no imediato, das acções desenvolvidas pois, só dentro de 10-12 anos se notarão os efeitos da “*Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais a partir da Escola*”.

No entanto, programas e campanhas já cumpridos no estrangeiro (doc.s da AESST) mostraram bons resultados.

As campanhas nacionais da PRP nas escolas e as congéneres ambientais têm também contribuído para uma evolução satisfatória dos comportamentos das famílias, por influência dos mais jovens escolares.

Nos congressos e seminários sobre SST ouve-se sistematicamente referir a necessidade da intervenção precoce da escola mas ignora-se por completo o que está a acontecer “nesse outro mundo”. É importante divulgá-lo para que o mercado estimule a escola a desenvolver a “*Cultura da Prevenção ...*”, retribuindo esta com a “promessa” de um futuro com menor sinistralidade laboral.

Os Anexos (volume separado)

Os *Anexos* são documentos relevantes, dos muitos que ao longo do trabalho foram consultados, foram úteis e, de alguma forma, o influenciaram.

A sua apresentação, na íntegra uns, em *extractos de síntese*, outros, pretende facilitar ao leitor interessado neste trabalho a respectiva visualização. De todos eles se encontrará facilmente o acesso ao “documento original”.

A sua apresentação em volume separado pretende tornar mais leve este volume e, simultaneamente, facilitar a consulta imediata naquele dos documentos neste referidos.

7.2. Propostas de acções futuras

Esta *dissertação* fez o enfoque no Ensino Secundário. Fica por fazer a abordagem à Educação Básica, começando por actuar nas Escolas Superiores de Educação, onde se formam os novos professores e se actualizam os activos deste nível de ensino, tendo em conta o que o *protocolo IDICT-DEB-...* se propõe concretizar. A seguir, intervir junto dos professores e outros AAE em exercício que nunca tenham tido contacto com informação/formação nesta temática. Logo após, criar mecanismos para actualização contínua no tema dos mesmos, numa óptica de “aprendizagem ao longo da vida”.

Se os cenários, os contra-regras e outros agentes de bastidores não estiverem sintonizados e em conformidade com as peças a levar à cena, estas não conseguirão cativar os públicos e estarão destinadas ao fracasso.

Propostas para a consolidação da “Cultura da Prevenção de Riscos Profissionais na Escola e a partir dela”

- Promover acções de formação para os professores que passem a encontrar nos novos programas a leccionar a problemática da SST (disciplinas não técnicas ou transversais)

Como modelo de formação inicial de professores *propõem-se* o praticado nas acções desenvolvidas e descritas atrás (os inquéritos suportam-no).

- Promover a *formação contínua* de professores e outros agentes da acção educativa (actualizações e/ou tratamento de temas específicos em acções de curta duração no âmbito dos CFoCo e numa perspectiva de *formação ao longo da vida*)
- Ter, *presentes e actuates*, nas escolas *Técnicos (Superiores) de Segurança e Higiene no Trabalho*, devendo estes *ser a consciência activa do colectivo em que estiverem inseridos* promovendo as actualizações de procedimentos convenientes (poderão assumir a responsabilidade de agrupamentos de escolas).
- Sensibilizar as “Construções Escolares” e as Autarquias (responsáveis pelas escolas do ensino básico) para o efectivo cumprimento da legislação, quer da segurança (DL 273/2003, DL414/98 e Port. 1444/2002 entre outros), quer a relativa às “barreiras arquitectónicas”, DL123/97, decreto este que estabelecia um prazo de sete anos para a correcção das anomalias em edifícios públicos com deficiências, prazo que agora se

esgotou (22 de Agosto de 2004) sem que nos tivéssemos apercebido de que este documento legal tivesse sido respeitado.

- Assegurar que *nos cursos profissionais e profissionalizantes* (ensino superior, ensino secundário: profissional e tecnológico ...), cadeiras ou disciplinas de SST com incidência nas actividades típicas das profissões para as quais o curso respectivo habilita.
- Promover *nos cursos “gerais” do ES e no 3.º ciclo do ensino básico (7º ao 9º anos)*, a integração de conteúdos de SST nos *curricula* de algumas disciplina “transversais” e recomendações específicas para os professores na preparação do “ambiente” e dos “postos de trabalho” dentro das salas de aula.
- Fazer *na EB, 1º e 2º ciclos*, a abordagens das problemáticas da prevenção de riscos: *em casa, na rua e na estrada, na escola, no desporto e nas brincadeiras, estimulando nas crianças o “instinto de auto-defesa”*.

À medida que a criança cresce, deve desenvolver capacidades relativas à *avaliação e controlo de riscos*. É nas “primeiras idades “ que se apreendem “as boas práticas” que hão-de marcar o comportamento do indivíduo ao longo da vida.

(O programa Escola do Futuro Trabalhador desenvolvido no Brasil parece ser uma boa fonte de inspiração. (Encontrado na Internet e, na mesma altura, percebida a sua utilização, como sugestão de consulta, pela PNESST) **(ver anexo Xa, pag.s 153-160)**).

- Para os vários ciclos da EB, nomeadamente os iniciais, e para o ES, sugere-se a inventariação e análise dos instrumentos didácticos e pedagógicos já elaborados e aplicados, nomeadamente na UE, consultando a *AE SST (ver Anexo XI, pag.s 198-223)*.

Estes documentos deverão ser avaliados quanto à respectiva qualidade, seleccionados, adaptados à nossa realidade e difundidos.

A roda e a pólvora há muito que foram inventadas!

Os professores necessitam destes apoios para mais eficazmente cumprirem os seus objectivos.

- Relativamente ao pré-primário (jardins de infância), não conseguimos formar opinião sobre como tratar com as crianças a problemática da SST mas, isso sim, sentimos que é necessária mais atenção na adaptabilidade dos edifícios, equipamentos e mobiliário à função e à idade dos utentes.
- Dinamizar a Interacção escola – empresas
 - Promovendo a presença da escola nos *fora* empresariais (seminários, palestras, mesas-redondas, ...) onde a *SST na escola e a partir dela* seja comentada e debatida, dando a conhecer o que *está em curso*.
 - Usar na escola os bons exemplos empresariais (obras com muito baixos índices de sinistralidade) e levar à escola também a “mensagem directa” do mercado laboral. As empresas estimularão a escola e esta retribuirá com *a esperança de um futuro com menor sinistralidade laboral*.
- A Publicação do ME, Segurança nas Escolas:
 - Seria interessante que este tipo de documento fosse dinâmico, isto é, que fosse *criticado pelas escolas na sua aplicação, “afinado” e reeditado periodicamente*.
- Os trabalhos escolares produzidos pelas escolas no âmbito do PNESST deverão ser profusamente divulgado, após criteriosa selecção (com os procedimentos atrás indicados).
- O protocolo IDICT-DEB-DES-DGFV deve ser reformulado, com a extinção do IDICT e criação do ISHST de forma em que o ME se envolva ao mais alto nível e liderando o processo, garantindo a abrangência de toda a estrutura (serviços) do ministério e indo ao encontro do espírito da *Lei de Bases da SHST* (DL 441/91), quer como *grande empregador* quer como *responsável pela educação das novas gerações nacionais*.

- Equacionar a hipótese de protocolar serviços de SST com os Serviços Municipais de SST (Como os existentes em Viana do Castelo) cobrindo o pessoal do ME das EB e das ES até que o ministério crie serviços próprios.
 - Desencadear, de imediato, o processo de sensibilização dos convenientes serviços do ME no sentido de se produzirem *estatísticas de sinistralidade escolar* para usar como “ferramentas de apoio à decisão”, e como “instrumento didáctico e pedagógico” contribuindo para a redução dos acidentes no ambiente escola.
- O autor sente-se com vontade de diligenciar no sentido de dinamizar este processo:
- Estabelecer procedimentos que permitam encaminhar os dados dispersos já recolhidos para que se “cruzem” e daí resultem as estatísticas referidas,
 - Que, de futuro, as recolhas de dados nas escolas sigam as vias mais convenientes para este fim.

Nota final

Em vésperas do encerramento deste trabalho, conversando com amigo enfermeiro, agora director hospitalar mas com vários anos de serviço em centro de saúde de uma das vilas do Alto-Minho, este contou-me, a propósito da mudança de comportamentos, duas situações profissionais por ele vividas que não resisto a transcreve-las neste final, por ilustrarem bem a nossa realidade.

- Um “*profissional liberal*” de *reparações em edifícios e “especialidades”* foi, no espaço temporal de oito anos (o tempo que este amigo permaneceu nesse centro de saúde), socorrido sete vezes pelo mesmo motivo:

- *Extracção de corpo estranho cravado na córnea.*

A “rebarbadora” era, em todos os casos, a culpada!

E os óculos de protecção?

- *Dava mau jeito ir ao escritório buscá-los...*

- *Estava em cima do telhado e fez falta “aparar” uma telha...*

Justificações para o injustificável!

Nem as veementes prelecções que passou a ouvir desde a segunda ocorrência pelas mesmas causas: *que os danos causados deixavam*

marcas, que iria perder precocemente capacidades de visão, fizeram alterar o comportamento deste trabalhador por conta própria.

- A outra situação, frequente, acontecia com as senhoras do meio rural, com problemas graves de varizes ulceradas, ou similares a quem era explicado o elevado risco de gangrena e amputação de perna caso continuassem a usar as tradicionais ligas para segurar as meias.

Apesar das explicações, apareciam a fazer os curativos, agora sem ligas mas..., com as marcas de quem as usou sempre até minutos antes de entrarem na sala de tratamentos, só para não ouvirem “o sermão do costume”.

Isto é cultural!

O que fazer?

Continuar, pacientemente, a “remendar o presente” na esperança de que, com os jovens e a partir da Escola, se vá “construindo o futuro”; um futuro melhor!

Viana do Castelo, 30 de Setembro de 2004



Bouça Moraes

8. Bibliografia e sítios na Internet

Bibliografia consultada

- Manual de Higiene e Segurança do Trabalho - A. Sérgio Miguel – Porto Editora
- Segurança Integrada - Carlos G. Oliveira e Carlos M. Macedo – CS Bonança
- Manual de higiene do trabalho na Indústria – Ricardo Macedo – Ed. Gulbenkian
- Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão Ana M. Barañano- Ed. Sílabo
(Manual de apoio à realização de trabalhos de investigação)
- La seguridad y la salud en el trabajo como materia de enseñanza transversal
(Guía para el profesorado de enseñanza secundaria) –INSHT- España
- Guia Prático de Segurança na Escola (colecção Antes Prevenir)
(Programa de segurança infantil da Associação Portuguesa de Seguradores)
- Educar para a Segurança (colecção Antes Prevenir)
(Programa de segurança infantil da Associação Portuguesa de Seguradores)
- O risco de ser criança (Associação Portuguesa de Seguradores)
- Health and Safety of Pupils on Educational Visits (A good practice guide) – DFEE- UK
- Manual de Socorrismo (1999) – CVP
- Educar para a Protecção Civil
(Projecto para a área escola e actividade de complemento curricular)
Elisa Vila Nova – Texto Editora
- Higiene e segurança no Trabalho (cadernos da Educação Permanente 3) ME – DEB
- ONS – Normalização em Segurança –
Manuel B. Serrano e Manuel B. Begonha – Certitecna - Engenheiros Consultores, SA
- Plano de Emergência para Estabelecimentos de Ensino - CML – Prot. Civil (99)
- Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas (Min. Educação 2003)

- Higiene, Segurança, Saúde e Prevenção de Acidentes de Trabalho
Guia Prático - Verlag Dashöfer
- Edições Comissão Europeia para a Saúde e Segurança (no Trabalho):
 - Trabalhar com Produtos Perigosos (92)
 - Guia para a Avaliação de Riscos no Local de Trabalho (96)
 - Saúde e Segurança no Trabalho- Guia das PME (93)
 - Guia das PME (Emprego e assunto sociais) (97)
 - Ensaio sobre SHST na Administração Pública e exercito (João P.C. Tomaz) (96?)
 - A Formação em Segurança e Saúde no Local de Trabalho (92)
 - Segurança e Saúde no Sector da Construção (93)
- Colecção de publicações do IDICT
 - Informação Técnica
 - Concepção de locais de trabalho (Guia de apoio)
 - Trabalhos florestais 8Manual de prevenção9
 - Trabalho Agrícola (Tractores e Máquinas Agrícolas)
 - Sector do material eléctrico e electrónico (Manual de prevenção)
 - Riscos dos agentes biológicos (Manual de Prevenção)
 - Divulgação
 - Utilização de pesticidas agrícolas
 - Movimentação Manual de Cargas
 - Utilização de Produtos Químicos Perigosos
 - Sinalização de Segurança e Saúde nos Locais de Trabalho
- Folhetos – Campanhas de Segurança Laboral
 - IDICT:
 - Construção
 - Têxtil
 - Agricultura
 - Produtos químicos perigosos
 - CVP – Socorrismo
 - Soares da Costa – Prevenção e Controlo do Alcoolismo no Local de Trabalho
 - Xunta de Galicia – Construcion
- ...

Sítios na Internet recomendados

Motores de busca:

- www.tendencia.cc
- www.google.com
- www.yahoo.com

Diversos, com SHST:

- www.idict.gov.pt
- www.ine.pt
- www.fmh.utl.pt
- www.revistaseguranca.com
- www.trabalhoseguro.com (Br)
- www.prevencionintegral.com (Es)
- www.prevencion-world.com (Es)
- www.osha.gov (Usa)
- www.inrs.fr
- www.mtas.es/insht/index.htm (Es)
- http://agency.osha.eu.int/index_pt.htm (Agência Europeia SHST)
- www.instcut.org.br
- www.cramif.fr
- www.craneaccidents.com (USA)
- www.hse.gov.uk
- www.dfes.uk
- <http://www.depp.msst.gov.pt/>
- <http://www.teachernet.gov.uk/wholeschool/healthandsafety/>
-